

LILIANE FEITOZA | SALVIANO FEITOZA

Intolerância Religiosa

O que é e de onde vem?



PRAZER
DE
LER[®]

Acreditando no futuro do Brasil

Intolerância religiosa

O que é e de onde vem?

Liliane Feitoza
Salviano Feitoza

Intolerância Religiosa

O que é e de onde vem?

Liliane Feitoza
Salviano Feitoza

Editor: Lécio Cordeiro

Revisão de texto: Suélen Franco

Capa: Nathália Sacchelli

Ilustração da capa: Rafael Silva

Projeto gráfico: Allegro Digital

Editoração Eletrônica, pesquisa iconográfica e infografia: Allegro Digital

Coordenação Editorial:



Acreditando no futuro do Brasil

Avenida Doutor Rinaldo de Pinho Alves, 2680

CEP: 53411-000 - Paratibe - Paulista/PE

Fone: (81) 3447.1178

CNPJ: 14.605.341/0001-03

Fizeram-se todos os esforços para localizar os detentores dos direitos das fotos, ilustrações e dos textos contidos neste livro. A Editora pede desculpas se houve alguma omissão e, em edições futuras, terá prazer em incluir quaisquer créditos faltantes.

Para fins didáticos, os textos contidos neste livro receberam, sempre que oportuno e sem prejudicar seu sentido original, uma nova pontuação.

F311i

Feitoza, Liliane

Intolerância religiosa : o que é e de onde vem? / Liliane Feitoza, Salviano

Feitoza. – Recife : Prazer de Ler, 2018.

80p. : il.

Inclui referências.

1. RELIGIÃO – HISTÓRIA. 2. RELIGIÕES – DOCTRINAS E CONTRO-VÉRSIAS. 3. IGREJA CATÓLICA – IDADE MÉDIA. 4. REFORMA PROTESTANTE. 5. BRASIL – HISTÓRIA – PERÍODO COLONIAL – QUESTÃO RELIGIOSA. 6. BRASIL – RELIGIÃO – INFLUÊNCIAS AFRICANAS. 7. EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO – TESTES E EXERCÍCIOS. I. Feitoza, Salviano. II. Título.

CDU 2
CDD 200

PeR – BPE 18-12

ISBN: 978-85-8168-649-3

Impresso no Brasil

As palavras destacadas de amarelo ao longo do livro sofreram modificações com o novo Acordo Ortográfico.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Apresentação

Muitos elementos do nosso cotidiano nos separam do passado. Quando assistimos a um filme ou lemos um livro que retrata a realidade de séculos anteriores, principalmente quando abordam situações de violência, de desrespeito e de desvalorização da vida, costumamos pensar que vivemos em uma época de liberdades, em que muitas situações do passado não seriam mais permitidas. Por mais que essa reflexão possa estar certa em alguns sentidos, ela não deve ser utilizada para ignorar a existência de violências, desvalorizações e desrespeito nos nossos tempos. Há, certamente, formas de violências que deixaram de existir, assim como há outras novas que surgiram e ainda algumas que se modificaram. Pensaremos nessas mudanças e permanências a partir da intolerância religiosa.

Essa intolerância é uma realidade dos nossos tempos. Ela está na violência física com que são tratados(as) fiéis de algumas doutrinas, bem como os templos e objetos que lhes fazem referência. A intolerância religiosa também está em expressões populares, em piadas e gracejos e em muitas outras formas de não aceitar e de retirar a importância ou a validade do que é sagrado para o outro. Essa segunda forma pode não parecer tão séria quanto a primeira, no entanto é um meio de garantir a continuidade desse problema social, isso porque a intolerância religiosa não surgiu do nada nem se reproduz pelo nada. Em outras palavras, podemos dizer que a intolerância religiosa dos nossos tempos possui não só uma história, mas também diversas estruturas que garantem a sua continuidade.

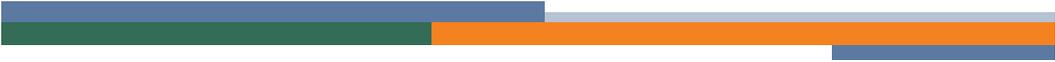
Neste livro, viajaremos por alguns momentos da história da humanidade, atentos aos caminhos da intolerância religiosa. Perceberemos mudanças e permanências e duvidaremos, em alguns momentos, se fomos realmente capazes de nos distanciar das intolerâncias religiosas que foram cometidas no passado. Mas os caminhos não são finalizados diante da percepção de que essa realidade não pode ser solucionada, pois, em oposição a isso, apontamos para caminhos que são ainda melhores que os da tolerância, os caminhos do respeito e do desejo de conhecimento, em que o outro e as suas diferenças não são percebidos como adversários, e sim como uma fonte de aprendizado e de melhora, para nós e para o mundo. No lugar de perguntar como alguém pode crer em algo diferente do que eu creio, preferimos perguntar: o que eu posso aprender com a crença dos outros?

John Dee realizando um experimento diante da rainha Elizabeth I (detalhe), de Henry Gillard Glindoni, século XIX.

Reprodução



Sumário



Começo de conversa	5
Capítulo 1	
O que é intolerância religiosa?	8
Reflexão	13
Capítulo 2	
Religião e intolerância na Idade Média	16
Reflexão	29
Capítulo 3	
Idade Moderna: transformações e mais intolerância.....	32
Reflexão	48
Capítulo 4	
Novos povos e velhas práticas: intolerância religiosa e colonização no Brasil	52
Reflexão	71
O fim e o recomeço	76

Começo de conversa

Quando estudamos História ou nos deparamos com imagens que retratam um passado muito distante, observamos formas de viver que parecem ter pouca ou nenhuma semelhança com a nossa. As roupas e os hábitos de outras épocas são estranhos, assim como as crenças e a forma como a vida em sociedade era organizada. Toda essa estranheza ocorre porque, para nós, nossa forma de viver parece normal e as pessoas da nossa época parecem mais esclarecidas e evoluídas.

Para entender essa diferença, imagine que você e seus amigos fossem levados para o século XV, chamados para um julgamento em que tivessem de decidir sobre a inocência de uma menina de 8 ou 9 anos acusada de bruxaria. Como prova contra ela, estaria o fato de que a menina permanecia saudável, enquanto os irmãos e os pais estavam sofrendo de uma grave doença. Você e seus amigos certamente conseguiriam pensar em vários motivos que inocentassem a menina, mas as pessoas da época estariam convencidas da culpa da criança, fazendo com que fosse necessário muito esforço até mesmo para fazê-la cogitar uma possibilidade diferente da culpa.

Diante de uma situação como essa, é possível afirmar que as pessoas da nossa época realmente são mais capazes de tomar decisões justas? Analisando a nossa Constituição, percebemos que, por terem passado por diversos processos históricos, as formas de punição são menos cruéis, desse modo não se ocupam em condenar alguém à morte por pensar ou agir de forma diferente da maioria.

Mas a verdade é que, enquanto achamos o século XV atrasado, pela crueldade de alguns acontecimentos, as pessoas do século XV, na época em que viviam, devem ter se achado mais justas e evoluídas, atribuindo o atraso a quem viveu em épocas anteriores.



Exame de uma bruxa, de T. H. Matteson, século XIX. Em Salém, Estados Unidos, no século XVII, o medo de bruxaria provocou uma histeria coletiva na cidade, e várias mulheres foram executadas pelos motivos mais torpes, inclusive por despertarem desejos sexuais em homens que as acusavam de “enfeitiçá-los”.



Em outras palavras, toda sociedade, ao viver a sua época, vive o que há de mais atual para o seu tempo e, nessa atualidade, o que há de mais moderno e desenvolvido. Na verdade, um bom número de justificativas que poderiam ser dadas em defesa da menina acusada de bruxaria levaria em consideração saberes da nossa época, como a **ideia** de imunidade e a de **anticorpos**, totalmente desconhecidas no século XV.

Para a época, o combate à bruxaria representava uma importante novidade, pois indicava que a sociedade estava no caminho de superar o atraso do paganismo, opondo conhecimentos inferiores e pecaminosos aos conhecimentos cristãos. A capacidade de separar o cristão do pagão era, naquele momento, uma marca de desenvolvimento e de construção de uma sociedade mais justa e segura.

O olhar lançado para o passado faz parecer que quem viveu naquelas épocas viveu em um tempo de atraso e ignorância. O termo **Idade Média**, por exemplo, foi criado no século XVI para se referir ao intervalo de tempo entre os séculos V e XV, aproximadamente, indicando que esse período, também já chamado de **Idade das Trevas**, foi um momento sombrio e sem muita importância entre dois períodos grandiosos: a Antiguidade Clássica, incluindo sociedades como Grécia e Roma, e o Renascimento.

Ao continuar com esse raciocínio, entretanto poderemos perceber que, certamente, quem viveu no período de tempo conhecido como Idade Média não concordaria que este era apenas um momento sem graça entre dois períodos importantes. Não acharia, por exemplo, que as produções culturais, a política, a religião e a organização econômica eram de pouca importância.



Batalha de Aljubarrota, de Jean de Wavrin, século XV. A Idade Média, por se localizar entre dois momentos de efervescência cultural, foi considerada, durante algum tempo, como a **Idade das Trevas**.

E mesmo o olhar lançado para o passado pode se alterar; como é o caso da própria Idade Média, que, apesar de continuar sendo chamada por esse nome, é vista, na atualidade, de uma maneira diferente por historiadores e estudiosos: não mais

como um “período do meio”, em que nada valioso aconteceu, mas um momento da nossa história que, como qualquer outro, deixou influências.

Assim, a maneira mais interessante de pensar nos acontecimentos do passado é tentar não julgá-los a partir dos valores de outra época e compreendê-los a partir dos meios e das certezas de quem viveu nos tempos observados. Dessa maneira, poderemos perceber que, enquanto algumas ações e hábitos realmente deixam de existir, outros continuam apenas adaptando-se à realidade de tempos seguintes, fazendo com que ações do passado, que hoje parecem absurdas e cruéis, continuem acontecendo e nós, bem como as pessoas das outras épocas, passamos, sem perceber, a participar delas.

Os casos de condenação por bruxaria e por pensamentos e **ideias** desaprovados pela moral da época são exemplos de intolerância religiosa, que, mesmo não acontecendo de forma igual, continua sendo um fenômeno atual. A contemporaneidade da intolerância religiosa fica clara quando ouvimos falar, por exemplo, do conflito entre muçumanos e judeus pela posse de uma terra considerada santa pelos dois grupos, e do número de mortos e feridos decorrente desse conflito.

Mas não é preciso pensar na realidade de outros países e continentes para falar de intolerância religiosa. No Brasil, observamos e ouvimos falar de igrejas e templos sendo destruídos, e de praticantes de determinadas religiões sendo perseguidos por pessoas que acreditam que a crença e as ações do grupo não são legítimas e que não deveriam ser toleradas.

Além de uma perseguição direta, outras formas de intolerância incluem uma recriminação velada, ou seja, um pouco escondida e que se refere a religiões diferentes das tradicionais, como se elas fossem estranhas e erradas a ponto de serem motivos de piadas e gracejos. A intolerância velada se manifesta também por meio de desconhecimentos que atribuem significados diferentes dos reais para os rituais e para as divindades de alguns grupos religiosos.

A piada é uma forma de intolerância religiosa, pois desconsidera o que é sagrado para um grupo e torna aceitável posturas preconceituosas com a justificativa de que não há intenção de ofender, mas apenas de fazer humor. A construção equivocada de significados também é uma forma de intolerância religiosa, pois não alimenta a aceitação de outras expressões pelo que elas são, mas incentiva o desmerecimento baseado, muitas vezes, em preconceitos. Por exemplo, atribuir o termo *crente* apenas a pessoas evangélicas.

Para melhor compreendermos a intolerância religiosa ocorrida no passado e na atualidade, isto é o que se modifica e o que se mantém, e para pensar nos motivos pelos quais essa intolerância é um problema para a sociedade, devemos tratar do conceito e examinar alguns momentos de intolerância que costumam ser destacados pela História. Essa é uma história tão antiga quanto as sociedades clássicas e tão atual quanto o conteúdo dos jornais.





Reprodução

Condenado pela Inquisição, de Eugenio Lucas Velásquez, século XIX.

1

O que é intolerância religiosa?

Mas, afinal, o que é intolerância religiosa? Bom, se **tolerar** é suportar ou aceitar algo que é diferente, **intolerante** é quem faz o oposto, ou seja, quem não aceita ou não suporta algo que seja diferente. Imagine uma discussão sobre estilos musicais em que uma pessoa afirma ser a música clássica a única música verdadeiramente boa, rejeitando qualquer conversa ou diálogo sobre as qualidades de outros estilos, como *rock and roll*, samba ou forró. Se essa pessoa pensa de tal forma, mas compreende que outras pessoas podem ter gostos diferentes e aceita a existência de uma opinião diferente, então ela está sendo tolerante, mas, se, além de pensar que a música clássica é a única boa, acredita que ninguém deveria escutar outra coisa, pois todas as outras são ruins, essa pessoa está sendo intolerante.

Dessa história inicial, podemos retirar duas conclusões básicas. A primeira é que ter uma opinião ou um gosto limita-





do a uma expressão não torna ninguém intolerante, pois não é intolerante quem gosta só de um tipo de comida, de música, de filme, mas quem acha que não deveriam existir outros além daqueles de que se gosta. Perceba que, no exemplo, o que poderia fazer a pessoa ser intolerante não é gostar apenas de música clássica, mas achar que ninguém deveria ouvir outro tipo de música ou que outros estilos não deveriam existir.

Outra expressão que pode ajudar a entender a diferença entre tolerância e intolerância é o idioma. Nós sabemos que hoje, no mundo, são falados diversos idiomas: em Portugal, no Brasil e em alguns outros países que foram colônias do primeiro, fala-se o português; assim como, na Inglaterra, nos Estados Unidos, em parte do Canadá, fala-se inglês; na França e na outra parte do Canadá, fala-se francês; há ainda o espanhol na Espanha e na maior parte dos países vizinhos do Brasil; e muitos outros idiomas, como o mandarim, o japonês e o alemão, além de outros que devem estar passando pela sua cabeça.

Agora imagine que os vários países comessem a discutir para saber qual seria o melhor idioma. Como vimos, não há intolerância em um brasileiro que prefira o português ao francês, ou em um argentino preferir o espanhol ao inglês, mas será intolerância se os países e as pessoas que falam o idioma desejarem que só ele seja falado e que todos os outros sejam extintos. O desejo de expandir o seu idioma tomando espaço de outros, com a justificativa de que o seu é melhor, é, sem dúvida, um desejo intolerante, uma vez que não considera os gostos e as opiniões de outras pessoas nem as diferenças culturais que o mundo oferece.

A segunda conclusão básica é de que intolerância não diz respeito apenas a religião. No primeiro exemplo, tratamos de uma ação intolerante quanto a um gosto musical e, logo acima, de gostos sobre idiomas, ainda podemos mencionar opiniões sobre comida, filmes e livros, pois, na verdade, é possível ser intolerante sobre qualquer gosto ou opinião se, em vez de apenas preferir algo, a pessoa acreditar que nenhum outro deve existir, além do que é preferido.

Ao entendermos o que é uma postura intolerante e que ela pode se aplicar a várias opiniões, fica fácil compreender o que é a intolerância religiosa. Um intolerante religioso seria, dessa forma, aquele que não suporta nem aceita uma religião diferente da sua. O que está por trás de qualquer ação intolerante é a crença de que as expressões, sejam elas musicais, idiomáticas ou religiosas, não são apenas diferentes, mas são melhores ou piores entre si e que, por isso, as piores deveriam ser deixadas de lado, abrindo espaço para o que é melhor.

A Sociologia ajuda essa reflexão apresentando um conceito muito útil para com-



preender o pensamento intolerante: o **etnocentrismo**. A ação etnocêntrica parte de uma expressão cultural que é comum para uma pessoa e para um povo e julga todas as outras expressões e tradições a partir dela. Em outras palavras, o etnocentrismo é uma visão de mundo que considera o seu ponto de vista como normal, melhor e mais correto, e todos os outros como estranhos, piores e até errados. As pessoas intolerantes costumam ter uma postura etnocêntrica, pois julgam os gostos e as expressões culturais dos outros tomando seus gostos e suas expressões como ideais.

A postura etnocêntrica não consideraria apenas que o português é diferente do espanhol e do inglês, ou que o cristianismo é diferente do budismo e do islamismo, mas parte de um para julgar e desqualificar outros. É claro que uma pessoa educada numa tradição religiosa cristã acharia muito diferentes os hábitos e rituais dos budistas, assim como um budista estranharia a expressão religiosa referente ao islamismo e ao cristianismo, mas reconhecer a diferença e intrigar-se com ela não é um problema. É, na verdade, uma reação natural diante do que é desconhecido. O problema está em o cristão, baseado em suas interpretações religiosas, dizer que o budismo, bem como as ações e os rituais budistas, está errado, pois só o jeito e a fé do cristão podem ser corretos.



Uma das maiores atrocidades do etnocentrismo foi causada pelo nazismo. Os nazistas achavam que a humanidade seria obrigada a se submeter à “supremacia ariana” e que alguns povos, como os judeus, teriam de ser exterminados para que houvesse uma “raça pura”. Na foto, judeus sendo subjugados no Gueto de Varsóvia, Polônia, em 1943.



Para saber como uma pessoa se sentiria numa situação como essa, é só imaginar-se nessa circunstância. Pense que, depois de ter vivido toda a sua vida aprendendo com os seus pais— que, por sua vez, aprenderam com os pais deles— um conjunto de crenças e de hábitos, outra pessoa, que aprendeu, também, ao longo da vida, e por meio dos pais e avós, crenças e hábitos distintos, determina que tudo em que você acredita está errado, pois a tradição que ela segue é a correta. Certamente você não gostaria, afinal por que os pais e avós da pessoa estão certos, mas não os seus? Imagine também que essa discussão poderia não estar acontecendo apenas entre você e outra pessoa, mas entre países ou entre grandes grupos dentro de um país.



Retrato de Voltaire, de Maurice Quentin de La Tour, século XVIII. A Voltaire, é atribuída a seguinte frase: “Não concordo com nenhuma das palavras que me dizes, mas lutarei até com minha vida, se preciso for, para que tenhas o direito de dizê-las”.

Pensando em um nível nacional ou entre grupos dentro de uma sociedade, não é de se espantar que esse tipo de divergência tenha gerado não só discussões, mas conflitos e até guerras. A História traz muitos exemplos de situações de intolerância que geraram problemas para as sociedades e, em todas elas, está sendo aplicada, de alguma forma, a mentalidade etnocêntrica de que falamos. Esses conflitos fizeram com que muitas religiões fossem vistas, ao longo do tempo, não só como importantes para organizar uma sociedade, mas também como capazes de estimular posturas e acontecimentos violentos.

Para se ter uma **ideia** de como é antiga a preocupação em torno da intolerância religiosa, já no século XVIII o filósofo francês François Marie Arouet, que se tornou conhecido como Voltaire, escreveu o *Tratado sobre a tolerância*. Nele, chamou a atenção não só para a importância das religiões, mas também para a necessidade social de um ambiente plural, com ideias diversas e com tolerância ao que é diferente.

Entre as importantes contribuições das religiões está a organização de grupos dispersos que construíram uma identidade e se fortaleceram como sociedade graças ao compartilhamento de crenças religiosas. Se são importantes para grupos e sociedades, as religiões são igualmente importantes em uma perspectiva individual, pois auxiliam pessoas em busca de respostas sobre a própria vida ou sobre o mundo.

As religiões, em sua doutrina, constroem regras para compor os valores morais e



comportamentais de acordo com seus dogmas, incentivando posturas mais harmônicas em sociedade. Os problemas aparecem quando esses mesmos princípios religiosos, que auxiliaram pessoas e organizaram sociedades passam a ser utilizados junto a uma postura etnocêntrica, ou seja, sem aceitação ou respeito a outros grupos ou a pessoas que pensam diferente.

Somar grupos que têm uma forte influência religiosa a um ponto de vista etnocêntrico e a uma falta de abertura para o diálogo é praticamente a receita de uma guerra. E não de uma guerra imaginária ou apenas possível, mas de um conjunto de guerras e atos de violência que já aconteceram e que estão acontecendo em várias partes do mundo.

Um período muito lembrado por uma série de acontecimentos ligados à intolerância religiosa foi a Idade Média. Nele, aconteceram não só atos individuais, isto é, de perseguição e condenação de uma única pessoa, mas também conflitos que atingiram grupos inteiros. A seguir, trataremos da relação desse período com a religião e com a intolerância religiosa, porém, antes de chegar a ele, dois lembretes são importantes.

Primeiro, é importante ter em mente que cada sociedade vive o seu tempo de acordo com os conhecimentos e com as regras existentes, de forma que não devemos julgar os acontecimentos da Idade Média ou dos períodos seguintes a partir do que sabemos hoje. O segundo aspecto que deve ser considerado é que a Idade Média não foi o primeiro momento nem o último em que ocorreram atos de intolerância religiosa. O período foi escolhido para iniciar nosso estudo, pois a partir dele as ações de intolerância tornaram-se mais representativas e, como veremos, ganharam força para atravessar séculos e chegar até a contemporaneidade.



A entrada dos cruzados em Constantinopla, de Eugène Delacroix, século XIX. A intolerância religiosa, durante a Idade Média, causou o extermínio e a emigração de populações inteiras, além de gerar guerras como as Cruzadas (acima).



2 A intolerância religiosa fez parte da história da humanidade em vários momentos e, assim como muitos outros fenômenos sociais, modificou-se ao longo do tempo. Sobre a intolerância religiosa, marque a alternativa **correta**.

- a. A intolerância religiosa passou a existir quando nações diferentes se encontraram, não existindo intolerância entre membros de uma mesma sociedade.
- b. Intolerância religiosa é um tipo específico de intolerância conduzida contra pessoas e contra suas práticas religiosas. A intolerância religiosa foi muito comum no passado, mas hoje a prática foi superada graças a acordos internacionais que garantem a liberdade de culto.
- c. A intolerância religiosa continua sendo atual, pois a separação entre Estado e Igreja faz com que não existam regras, leis ou acordos que garantam a liberdade de culto.
- d. Apesar de existirem acordos internacionais e leis que procuram evitar a intolerância e a perseguição religiosa, essas práticas continuam existindo nas sociedades atuais, tanto de forma direta quanto indireta.
- e. Mesmo tendo se modificado ao longo do tempo, as ações de intolerância religiosa continuam muito parecidas com as que eram realizadas no passado, de forma que as ações de intolerância de séculos anteriores causam pouco espanto aos membros das sociedades atuais.

3 Ao estudar História ou Geografia, um elemento importante para compreender uma sociedade do passado ou atual são as suas práticas religiosas. Essa importância pode ser percebida tanto numa dimensão individual como social. A respeito da relação entre religião e sociedade, assinale a alternativa **correta**.

- a. Sociedades antigas, como a grega e a egípcia, construíram grandes impérios que aproximavam seus habitantes a partir de crenças religiosas comuns. Mas, nas sociedades atuais, podemos dizer que as religiões já não são muito importantes, pois interferem menos na vida das pessoas.
- b. No passado, foi comum, em muitas sociedades, que o líder político do grupo fosse compreendido como um representante direto da divindade ou das divindades locais ou até que fosse considerado como a própria divindade. Com a extinção dessa **ideia**, a religião deixou de possuir poder político, e a relação entre Estado e Igreja foi rompida definitivamente.
- c. A importância das religiões para a vida social não se limita à execução dos rituais de cada prática religiosa, mas inclui ensinamentos de formas de se comportar em sociedade e conceitos de certo e errado que são importantes para trazer harmonia para o convívio entre as pessoas.



- d. Na Antiguidade, as religiões forneciam explicações sobre a origem do mundo. Hoje, esse é um papel atribuído à Ciência, que, por meio de métodos rigorosos, esclareceu como o Universo foi formado. As antigas explicações religiosas passaram, então, a ter pouca importância e pouca aceitação na sociedade.
- e. O papel das religiões nas sociedades atuais limita-se à relação do indivíduo com ele mesmo, ou seja, as religiões servem para que cada pessoa possa conquistar paz de espírito e guiar suas ações.

4 O etnocentrismo é um conceito utilizado em várias áreas de estudo em que pontos de vista internos e externos se encontram. A Antropologia, por exemplo, utiliza o conceito para se referir à postura que se procura evitar quando pesquisadores de uma sociedade querem se dedicar a estudar os hábitos de outra. Qual a relação entre a postura etnocêntrica e a intolerância religiosa?

5 Duas amigas entram em uma discussão sobre seus tipos favoritos de literatura, e a primeira diz que só gosta de livros de poesia e que, por isso, não lê romances ou contos. Já a segunda, prefere os romances policiais e, por isso, com menos frequência lê livros de poemas. Sobre intolerância e o comportamento das meninas, marque a assertiva **correta**.

- a. As duas meninas podem ser consideradas intolerantes, pois cada uma tem apenas um tipo de literatura apontada como favorita.
- b. As duas podem ser consideradas intolerantes, ainda que a primeira seja mais intolerante do que a segunda.
- c. Apenas a primeira pode ser considerada intolerante, já que ela se recusa a entrar em contato com outros tipos de literatura.
- d. Apenas a primeira pode ser considerada intolerante, pois a segunda, mesmo gostando mais de romances, faz um esforço para ler outros tipos de obras.
- e. Nenhuma das meninas pode ser considerada intolerante, pois a intolerância não diz respeito à preferência por um tipo de expressão, mas, sim, a não aceitação das preferências de outras pessoas.





Reprodução

O julgamento final, de Luca Signorelli, século XVI.



Religião e intolerância na Idade Média

Ao chamarmos o período que vai do século V ao XV de Idade Média, ficamos perto de cometer um engano comum: o de pensar que, durante todo esse tempo, existiu uma mesma sociedade, com características fixas, que, de um dia para o outro, com a chegada da Idade Moderna, modificou-se, dando origem a uma nova forma de viver. É claro que as transformações sociais não ocorrem dessa forma, pois toda sociedade é um conjunto de forças que, aos poucos, vão se alterando.

As primeiras modificações podem ser imperceptíveis, no entanto são elas que vão abrindo espaço para mudanças maiores. A transição da Idade Média para a Idade Moderna, por exemplo, não se deu em um único dia, mas por meio de um processo lento de transformações.

Para pensarmos nas mudanças constantes em uma sociedade ao longo do tempo, basta observar a sociedade em que vivemos. Você, certamente, já ouviu seus pais falarem sobre como





o mundo era diferente quando eles tinham a sua idade as diferenças incluem não só aparelhos, roupas e rotinas, mas também a maneira como cada um se comportava, o jeito de falar e o que era permitido ou proibido.

Se todas essas modificações cabem em um intervalo de 20 ou 30 anos, que separa a sua idade e a idade dos seus pais, imagine que diferenças ocorreram em 10 séculos, isto é, ao longo de mil anos. Mesmo que as transformações do período tenham acontecido em um ritmo mais lento do que as de hoje, certamente não são insignificantes e devem ser consideradas.

As mudanças ocorridas não querem dizer que não é possível estabelecer uma identidade para o período; na verdade, há um conjunto de características que se mantém, apesar de atravessar um processo de transformação. A religião é, certamente, uma das expressões culturais que ajudaram a constituir a identidade da Idade Média, e, mesmo assim, a organização religiosa se alterou durante o período.

Para alguns historiadores, a Igreja Católica, a principal representante da religião na época, passou por três fases, que consolidaram sua maneira de ver o mundo e sua influência não só diante da população, mas também do poder político estabelecido. Da mesma forma que a Igreja se modificou, alteraram-se as ações de combate ao que era diferente do cristianismo e que, hoje, compreendemos como atos de intolerância religiosa.

Como você deve lembrar, por ter estudado nas suas aulas de História, o marco temporal que estabelece a passagem da Antiguidade Clássica para a Idade Média foi a queda do Império Romano, no qual o cristianismo se oficializou como religião. A primeira fase do cristianismo foi então um momento de estabelecimento tanto para a Igreja quanto para o período em si. Enquanto a sociedade se organizava após a queda de Roma, a Igreja passou a lidar com uma realidade diferente.

Durante o Império Romano, e mesmo durante ações de conquistas de novos territórios, não era comum que a religião do local vencido fosse proibida e a religião de Roma fosse imposta. O comum para os romanos, de religião politeísta, era somar ao culto dos seus deuses a adoração aos deuses dos locais dominados. Assim, mesmo que a ação de Roma fosse violenta na conquista de novos territórios, essa mesma violência não costumava ser aplicada na proibição das religiões locais; ao invés disso, os romanos preservavam os templos existentes e passavam a considerar os novos deuses, ritos e hábitos, o que fez com que não só a religião, mas toda a cultura do Império Romano fosse resultante da fusão de elementos de muitas culturas.

Ainda que a postura tolerante fosse a mais comum durante a maior parte do Império Romano, também há registros de perseguições, mortes e proibições feitas em

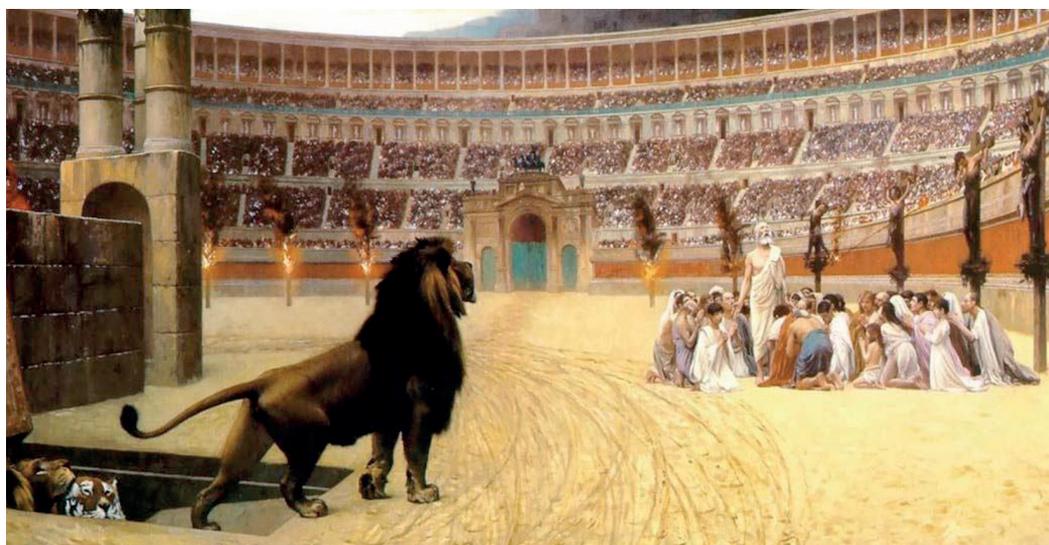


nome do Império e de seus governantes. O próprio cristianismo, no início da sua organização, foi considerado subversivo, ou seja, perturbador da ordem estabelecida e, portanto, um problema que se tentou resolver através da morte de muitos cristãos.

Esses fiéis sofreram perseguições, castigos e mortes muito cruéis em alguns períodos, em geral porque os praticantes da religião que se organizava negavam-se a adorar deuses antigos de Roma ou a prestar-lhes sacrifícios. Além disso, como pregavam a não violência, não era uma doutrina interessante para um império militarizado que sofria com invasões bárbaras, fazendo com que, durante alguns períodos, os cristãos fossem considerados inimigos internos.

Os atos de crueldade, normalmente aplicados publicamente, não contribuíram para reduzir o interesse pela religião; pelo contrário, a coragem com que alguns cristãos preferiam entregar-se aos castigos do que negar sua crença despertou a conversão de muitos novos adeptos. Ao longo do tempo, a enorme massa de excluídos dos rituais tradicionais no período viram no cristianismo uma forma de reconhecimento social e encontraram nele uma mensagem de esperança e ajuda. Além dos excluídos, os aristocratas passaram a apreciar a nova religião pelo seu incentivo à caridade, que se transformou em um instrumento para aumentar o seu prestígio e poder social, uma vez que eles tinham mais possibilidades de exercê-la.

Diferentemente das perseguições sofridas durante alguns períodos do Império Romano, na Idade Média o poder se inverteu. Ainda que a importância da Igreja Católica estivesse crescendo já em Roma, na qual ela se tornou religião oficial nos fins do século IV, na Idade Média o cristianismo alcançou uma posição de poder inédita até o momento. Essa força da Igreja fez com que alguns historiadores a apontassem como a principal herdeira do poder do Império Romano.



A última oração dos mártires cristãos, de Jean-Léon Gérôme, século XIX. Em alguns momentos do Império Romano, os cristãos foram perseguidos e, muitas vezes, usados como alimento para animais selvagens no Coliseu.



O fato de o cristianismo ter se desenvolvido na atual Palestina, região que estava sob o domínio de Roma e ter conservado algumas características do antigo império, fez com que a religião conquistasse e mantivesse a maioria da população que tinha feito parte do império de Roma. No sentido contrário, a rejeição de outros elementos criou a possibilidade de aproximar a Igreja dos germanos, principais invasores do Império Romano, durante seu período de queda. Foram, justamente, os povos de origem romana e germânica que constituíram a maior parte da população da Idade Média **européia** e, rivais em muitos aspectos, aproximaram-se por meio da influência da Igreja.

Como o Império Romano do Ocidente durou muito tempo, gerações nasceram e morreram sob o seu domínio, tornando difícil acreditar que um dia ele pudesse chegar ao fim. Quando o fim aconteceu, o cristianismo se apresentou como uma instituição estável, já que tinha permanecido mesmo depois da queda de Roma, e que podia transmitir alguma segurança e alguma familiaridade para a população.

As pessoas que viveram a queda do Império Romano talvez tenham se sentido como você se sentiria se, depois de muitos anos vivendo em uma cidade e **frequentando** uma escola, tivesse de se mudar e enfrentar novos colegas e professores, ou seja, tendo de encarar uma quantidade enorme de novidades. Se entre todas as pessoas desconhecidas você encontrasse um antigo amigo ou alguém um pouco conhecido, seria bem possível que você quisesse se aproximar, afinal, assim como a Igreja era familiar para a população do antigo Império Romano, o amigo antigo seria familiar para você.

A importância que o cristianismo obteve, já nesse primeiro momento, fez com que internamente a religião se organizasse constituindo uma hierarquia, ou seja, estabelecendo posições e funções diferentes, para os que fizessem parte da Igreja. A partir dessa organização interna, a Igreja passou a assumir algumas funções como supervisionar as manifestações religiosas e orientar as pessoas quanto aos dogmas e quanto às explicações teológicas do mundo.

Além dessas duas funções, que podem ser chamadas de internas, já que se voltavam para os que já professavam o cristianismo, a Igreja ainda se dedicava a ações externas, que buscavam consolidar o seu ponto de vista sobre o mundo, atrair mais fiéis e organizar a sociedade. Entre essas ações, estão a execução de obras sociais, como a ajuda aos necessitados, e o combate ao paganismo e às heresias.

Por definição, o paganismo fazia referência a um conjunto de crenças não cristãs, algumas delas mais antigas que o próprio Império Romano, assim chamadas, pois eram comuns nas áreas rurais, habitadas principalmente por camponeses (*paganus*). Já as heresias, termo originado do grego *haíresis*, que significa “capacidade de escolher”, eram pensamentos ligados à mentalidade cristã, mas que se desviava, de alguma forma, de um elemento essencial para a doutrina, escolhendo algum aspecto em que acreditar e questionando outros.



Ainda que, nesse momento, o processo de consolidação da Igreja permitisse que ela reunisse e organizasse alguns componentes de outras crenças, nem tudo era recebido e assimilado. Tanto as heresias quanto o paganismo foram vistos como **ideias** e práticas perigosas. Diante dessa conjuntura, a Igreja não só insistia na sua forma de observar a realidade como a correta, mas também atribuía culpa e pecado aos que se opusessem à explicação fornecida.

Esse período foi muito mais de tentativa de conversão, embora ainda existissem punições. As perseguições ao paganismo e às interpretações discordantes de elementos da fé cristã eram, nessa época, ações pequenas, voltadas para indivíduos ou para grupos reduzidos. Mas, enquanto essas ações eram executadas, a Igreja passava para o seu segundo momento, em que houve uma aproximação dos poderes políticos e, **consequentemente**, maiores possibilidades de atuação.

O segundo momento vivido pela Igreja decorreu do primeiro, pois a organização do clero permitiu uma penetração em diversos territórios e, como já indicamos, um prestígio muito grande entre a população. Graças a essa capacidade, a Igreja **tornou-se** muito útil aos interesses de expansão do Império Carolíngio, que começava a unificar os reinos da Idade Média e formar um império forte.

Como sabemos, com a queda do Império Romano, a população organizou-se formando grupos menores do que o domínio dos antigos imperadores romanos, fazendo com que, de início, a Idade Média fosse um período de grande fragmentação, ainda assim existindo o desejo de expandir e unificar territórios e domínios. Para comandantes francos, como Pepino, o Breve, o desejo de expansão carregava um grande problema: a aceitação, pelos povos de origem romana, do comando de um rei germano.



A unção de Pepino, o Breve, em Saint-Denis, de François Dubois, século XIX. Pepino, o Breve, foi proclamado rei dos francos.





Carlos Magno recebe Alcuin de Iorque, de Jean-Victor Schnetz, século XIX. Por meio do poder dos reis, a Igreja começou a intervir no Estado e a impor multas, penas físicas, banições e até sentenças de morte, mesmo contrariando um dos princípios do cristianismo: a não violência.

Nesse momento, a influência da Igreja e sua vontade de continuar fortalecendo sua importância uniram-se perfeitamente à necessidade de legitimação dos francos. Assim, no século VIII, o Papa reconheceu o direito de Pepino ao reinado e ele, por sua vez, tornou-se protetor da Igreja e promoveu uma reforma estrutural vinculando-a ao poder real e regulamentando o pagamento do dízimo.

A aproximação entre Igreja e poder político continuou acontecendo, e, durante o governo do filho de Pepino, o Sacro Imperador Romano-Germânico Carlos Magno, entre os séculos VIII e IX, os bispos receberam a possibilidade de participar dos conselhos reais. As regras religiosas e os bispos passaram a ter poderes civis e legais. Assim, a Igreja adquiria autoridade não só para condenar a penitências e para classificar crenças e **ideias** como pecaminosas, mas também para condenar civilmente, isto é, a pagar multas e a sofrer penas físicas, como prisões e condenações à morte, dessa vez com investida da autoridade legal.

Mesmo tendo o poder legal para ordenar castigos, para a Igreja a situação trazia um conflito. Você deve lembrar que uma das questões relativas ao cristianismo que causava preocupação entre os romanos era a pregação da não violência. Na Idade Média, com a sua aproximação do Estado, a Igreja passou a ter autoridade sobre a execução de penas e perseguições violentas, mas havia um embate interno, pois por um lado os cristãos compreendiam que deveriam ser fiéis aos preceitos de não violência ditados por Cristo e, por outro, deveriam defender sua fé de quem a prejudicasse, categoria em que poderiam ser enquadrados tanto os pagãos que se recusassem a abandonar as antigas práticas quanto os hereges.



A solução teológica e filosófica para o dilema veio através da **ideia** de guerras justas em oposição às guerras injustas. Para Santo Agostinho (354-430), uma guerra ou um ato de violência podem ser justos se travados com intenções honestas, comandados por autoridades legítimas, na intenção de intervir em prol da justiça. Nesse sentido, seriam, portanto, injustas, as guerras que não atendessem a esses requisitos. Por outro lado, essa explicação não era plenamente aceita, pois muitos membros do clero acreditavam que não havia justificativas válidas para a guerra. O fato é que a Igreja pôde integrar a violência às suas pretensões sem causar um desequilíbrio na sociedade.



Santo Agostinho, de Philippe de Champaigne, século XVII. Para Santo Agostinho, a guerra faz parte do ato de governar, mas isso não faz com que todas as guerras se justifiquem moralmente. Esse pensamento é chamado de **Teoria da Guerra Justa**.

Da **ideia** de uma guerra justa, que deveria defender e proteger da injustiça, surge a noção de **guerra santa**, que não era feita para punir, mas para derrotar inimigos da fé, em qualquer lugar em que a fé estivesse ameaçada. Com base nessa possibilidade, surgiram não só ordens religiosos-militares, como os templários, hospitalários e teutônicos, mas também verdadeiras campanhas expansionistas, que procuravam disseminar o cristianismo por meio das palavras ou, se necessário, da força. Essas campanhas receberam o nome de **Cruzadas**, em referência à palavra **cruz**, que representa para, os católicos, o martírio de Cristo.



As primeiras Cruzadas foram realizadas no século XI e ocorreram ao mesmo tempo que a Igreja entrava na sua terceira fase, marcada por uma separação ainda maior entre o clero e a sociedade laica, e por uma relação um pouco diferente com o Estado. Depois da aproximação com o poder político, fato que marcou a segunda fase da Igreja Católica na Idade Média, o poder da instituição continuou crescendo, até que o lado espiritual passou a ser visto como mais importante que o temporal, fazendo os bispos ganharem mais importância.



Iluminura: 1- Jesus em Jerusalém, a destruição do templo; 2- Decapitação dos judeus; 3- O massacre cruzado dos muçulmanos faz um rio de sangue, de autor desconhecido, século XII. Iluminura medieval em que, claramente, podemos observar a justificativa religiosa para a tomada de Jerusalém. No último quadro, é retratado o massacre feito pelos cruzados.

Certamente as pessoas continuavam acreditando que o poder dos reis vinha da vontade divina, mas os bispos passaram a zelar para que os reis não conduzissem o reino por um caminho ruim. Esse poder por parte da Igreja deixava claro que as decisões dos reis poderiam ser questionadas não pelos homens comuns, mas pelos representantes da vontade divina, ou seja, pelos membros do clero.



Foi na terceira fase da religião na Idade Média que ocorreu o maior número de atos de imposição religiosa, como as Cruzadas e os tribunais de Inquisição. Enquanto as Cruzadas realmente só ocorreram no fim do período, as torturas dos tribunais de Inquisição começaram no fim da Idade Média, mas alcançando seu maior número de ocorrências durante a Idade Moderna. Essa informação nos ajuda a desfazer a **ideia** de que a Idade Média é um período de atraso substituído por um progresso, pois tanto na Idade Média quanto na Idade Moderna ocorreram atos de intolerância e de desrespeito.

As Cruzadas representavam, como já dissemos, uma mudança significativa nas possibilidades de ação da Igreja Católica. De um grupo que defendia a não violência, os católicos passaram a organizar grandiosas expedições com a finalidade de espalhar e manter a importância do cristianismo e chegaram a causar tantas mortes e destruição quanto uma guerra comum.

Este é um bom momento para retomar o conceito de **etnocentrismo** e tentar não julgar o momento a partir de um olhar de fora. Essa forma de observar o passado não quer dizer que todas as ações são compreensíveis e adequadas, contudo nos estimula a observar os acontecimentos por mais de um ponto de vista. Para nós, em nossa sociedade, é difícil pensar e acreditar em uma guerra como “santa”, sendo, porém, muito mais fácil atribuir culpa aos organizadores e participantes. Dessa forma estaríamos sendo etnocêntricos, o que queremos evitar.

No momento vivido, muitas lideranças religiosas e nobres preocupavam-se com a necessidade de expandir a fé cristã, com a popularização e a força de outras religiões, como o Islamismo, no Oriente. Para muitos que organizavam e que marchavam nas Cruzadas, havia um chamado divino que geraria perdão aos pecados, um lugar no Céu e proteção para os bens e para a família. Aos participantes, dizia-se até que vingar os maus em defesa dos bons, mesmo que pela da morte, não era motivo de pecado, mas de glória.

Mesmo havendo grupos e pessoas esforçando-se para atender ao que se acreditava ser a vontade de Deus, não se pode deixar de considerar que as Cruzadas movimentaram muitos recursos financeiros. Os cavaleiros cristãos, ou “soldados de Deus”,



Ricardo I, o Coração de Leão, e Saladino na Batalha de Arsuf, de Gustave Doré, século XIX. Havia uma corrente de pensamento, entre os cruzados, de que a morte dos “infiéis” geraria um perdão divino dos seus pecados, um lugar reservado no paraíso, e que Deus protegeria sua família e seus pertences.



como eram chamados os que lutavam nas Cruzadas, podiam retirar das terras dominadas recursos para si, para os nobres que houvessem financiado a Cruzada e para a própria Igreja, o que fez com que muitos se interessassem pelas Cruzadas também como uma possibilidade de enriquecer.

A primeira Cruzada realizada marchou em direção à cidade de Jerusalém, terra considerada santa pela tradição cristã e também pela islâmica. Na época, a cidade estava ocupada pelos turcos, que professavam o Islamismo e proibiam a presença dos cristãos. Formando um grupo de cerca de mil homens, convocados pelo Papa, os cruzados terminaram conquistando Jerusalém, depois de anos de batalha e impondo o cristianismo na região.

Além das Cruzadas em direção ao Oriente Médio, que visavam recuperar a Terra Santa e converter os infiéis, como eram chamados os muçulmanos, ocorreram ainda as

Cruzadas contra Bizâncio e contra os cátaros, ou Cruzada dos Hereges. A heresia atribuída aos cátaros ajuda a perceber bem a contradição comum no período: para eles, havia uma separação radical entre matéria e espírito, fazendo com que qualquer acúmulo material fosse condenável, inclusive o da Igreja. Por conta dessa ideia, que atribuía pecado à Igreja, foram enviados grupos catequizadores e, tendo eles falhado, foi enviada uma Cruzada, que destruiu esses heréticos.

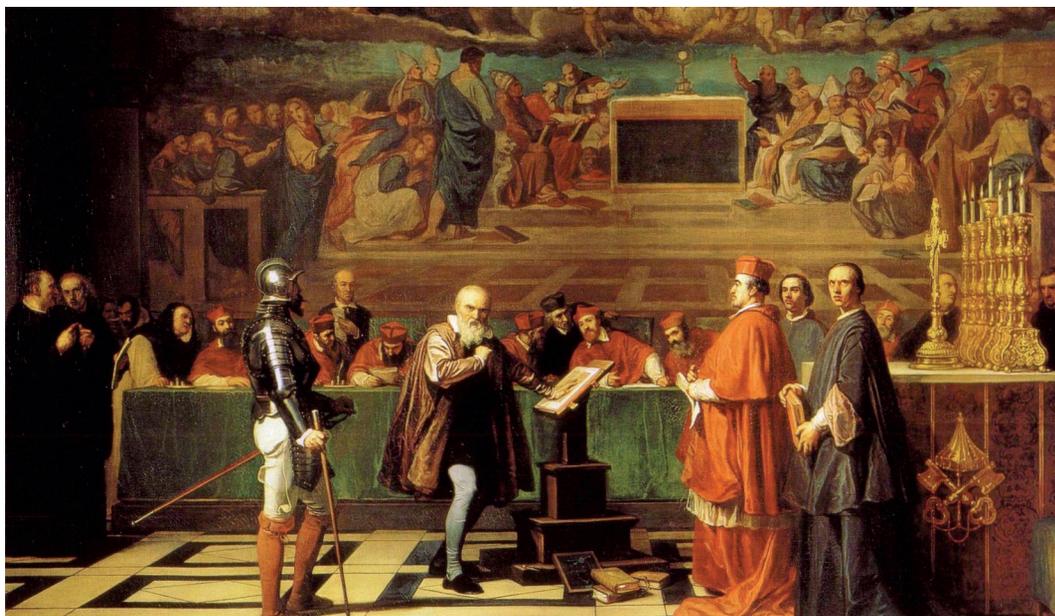
Durante o mesmo período de catequização e combate às ideias dos cátaros, foi criado o Santo Ofício, um tribunal da Igreja Católica Romana que, investido de poderes civis e religiosos, era encarregado de investigar e tomar decisões sobre desvios quanto aos dogmas religiosos. O Santo Ofício foi o tribunal responsável por executar a Inquisição, pois, como representava o próprio Papa, seu poder era maior do que os de outros tribunais religiosos existentes.



A sombra, de Edmund Blair Leighton, século XX. Muitos viam, nas Cruzadas, uma oportunidade de ascender financeiramente e voltar como heróis à sua terra natal, e não somente uma expansão da fé cristã no Oriente Médio.



Quando pensamos na Inquisição, as imagens que primeiro vêm à mente são muito violentas. Geralmente, elas fazem referência a torturas de vários tipos utilizadas para conseguir confissões verdadeiras ou falsas e que ainda poderiam levar o torturado para uma morte igualmente dolorosa ou para humilhações públicas.



Galileu diante do Santo Ofício, de Joseph-Nicolas Robert-Fleury, século XIX. Até mesmo cientistas como Galileu Galilei (acima) foram julgados por suas descobertas científicas. Tal julgamento é um exemplo da continuidade da Inquisição durante a Idade Moderna.

O cinema ajudou na consolidação dessa visão ao produzir muitos filmes que direta ou indiretamente fazem referência aos horrores realizados pelo Santo Ofício durante a Inquisição. Mesmo que esses filmes sejam baseados em acontecimentos reais, eles nem sempre são fiéis reprodutores da história. Enquanto a História está preocupada em contar acontecimentos da maneira mais próxima do real possível, o cinema deve construir bons enredos e ocupar-se de produzir obras cheias de emoção e impacto, mesmo que seja necessário misturar realidade e ficção.

O que as correntes históricas mais atuais têm contado sobre a Inquisição é menos impactante do que a maior parte dos filmes. Ainda que muitas torturas, crueldades e mortes tenham realmente ocorrido, a Inquisição não era sinônimo de violência física. Os castigos aplicados pela Igreja eram reproduções das punições comuns na época, que, em geral, incluía queimar hereges e bruxas, além de outras punições.

De maneira geral, a maior parte das penitências para os que confessavam seus erros incluía advertências públicas durante missas, responsabilidade de cuidar de pobres, confisco de bens, exílios e peregrinações, além da excomunhão, que é o afastamento definitivo da Igreja, em casos mais graves. Os recursos de tortura, segundo alguns historiadores, ficavam em torno de 10% dos casos trabalhados, um número grande, porém menor do que o imaginário construído na sociedade.



Independentemente do tipo de violência infligida, a existência de um tribunal que julgasse desvios religiosos, sendo capaz, inclusive, de comandar penas físicas, mostra a importância da Igreja Católica para a sociedade da época, bem como deixa clara a impossibilidade de exercer outras religiosidades abertamente. A sociedade medieval pode ser chamada de intolerante não porque possuía um culto principal, mas porque levava a julgamento e punia, com violência ou com a obrigação de serviços e advertências, os que não o praticassem.



Auto de fé na Praça Maior de Madri, de Francisco Rizi, século XVII. Durante a Inquisição, eram realizados os autos de fé (acima), nos quais eventos de penitência eram feitos publicamente com a humilhação dos hereges e a punição aos cristãos-novos, principalmente em Portugal e na Espanha.

Para o ponto de vista da sociedade do medievo, o catolicismo não era apenas uma religião oficial, mas a única religião correta. Todas as outras eram vistas como pecaminosas e ruins, devendo ser extintas. Se lembrarmos o conceito de **intolerância religiosa**, conceberemos que preferir uma religião não é intolerância, e sim impor a religiosidade.

O que ajuda a tornar o olhar mais complexo é perceber que os cristãos que lutavam contra pessoas de outra religião ou que adotavam outras práticas não se percebiam como intolerantes ou incapazes de compreender o lado do outro, mas entendiam que existia apenas um lado correto e possível, de modo que os outros lados eram necessariamente errados. Para consolidar a **ideia** da maldade ligada a outras práticas, durante a Idade Média foram feitas associações como as que relacionavam as bruxas ou feiticeiras, figuras existentes em sociedade muito antigas, à ideia cristã de diabo, apresentando-as como mulheres que tinham sido seduzidas pelo mal.



A luta contra uma bruxa pode parecer aos nossos olhos, analisando informações da época, a luta contra mulheres conhecedoras de processos de cura, chás ou ervas, no entanto, para a época, era uma verdadeira batalha do bem contra o mal. **Consequentemente**, a condenação e morte de uma acusada de bruxaria não parecia um ato de intolerância, mas a construção de um mundo mais justo.



Xilografia *Queima de bruxa*, feita em 1555 na atual Alemanha. Dificilmente, uma mulher acusada de bruxaria conseguiria escapar dos julgamentos que já eram armados para condená-las. Preferencialmente, eram acusadas curandeiras, mulheres que viviam sozinhas, mulheres belas e até mesmo as ruivas, que, por terem os cabelos vermelhos, foram associadas ao mal.

Esses pensamentos eram bem-aceitos em uma sociedade fragmentada e com pouco espaço para diferença e para a contradição. Mas, como mencionado, as sociedades lentamente se alteram e deixam espaços para críticas e mudanças. O controle social da Igreja começou a diminuir, à mesma medida que aumentavam as críticas sobre algumas posturas da instituição e de seus representantes.

Internamente também surgiram discordâncias, desde desacordos entre ordens religiosas, como os mendicantes e os clérigos seculares, até conflitos entre o alto clero, que levou ao **Cisma do Oriente**, uma separação que dividiu a Igreja e levou à existência simultânea de dois Papas, um em Roma e outro em Avignon, atual França.

Estavam preparadas as bases para conflitos futuros, como a Reforma Protestante, de que falaremos mais adiante. Antes disso, abordaremos a contribuição da Igreja para a formação dos Estados absolutistas e veremos como a intolerância religiosa foi exercida em tempos mais atuais.



- c. Apesar de muito violenta, a Inquisição não durou muito tempo, sendo encerrada na transição para a Idade Moderna, período em que a Igreja passou a ter menos poder político.
- d. Nem todas as penas aplicadas pelo Tribunal da Inquisição resultavam em castigos físicos, portanto a ação do Santo Ofício não pode ser classificada como intolerante.
- e. Diante do Tribunal da Inquisição, qualquer hábito que não fosse aprovado pela doutrina da Igreja poderia ser condenado. Mesmo que a condenação não resultasse em castigos físicos, a não aceitação do diferente já é um ato de intolerância.

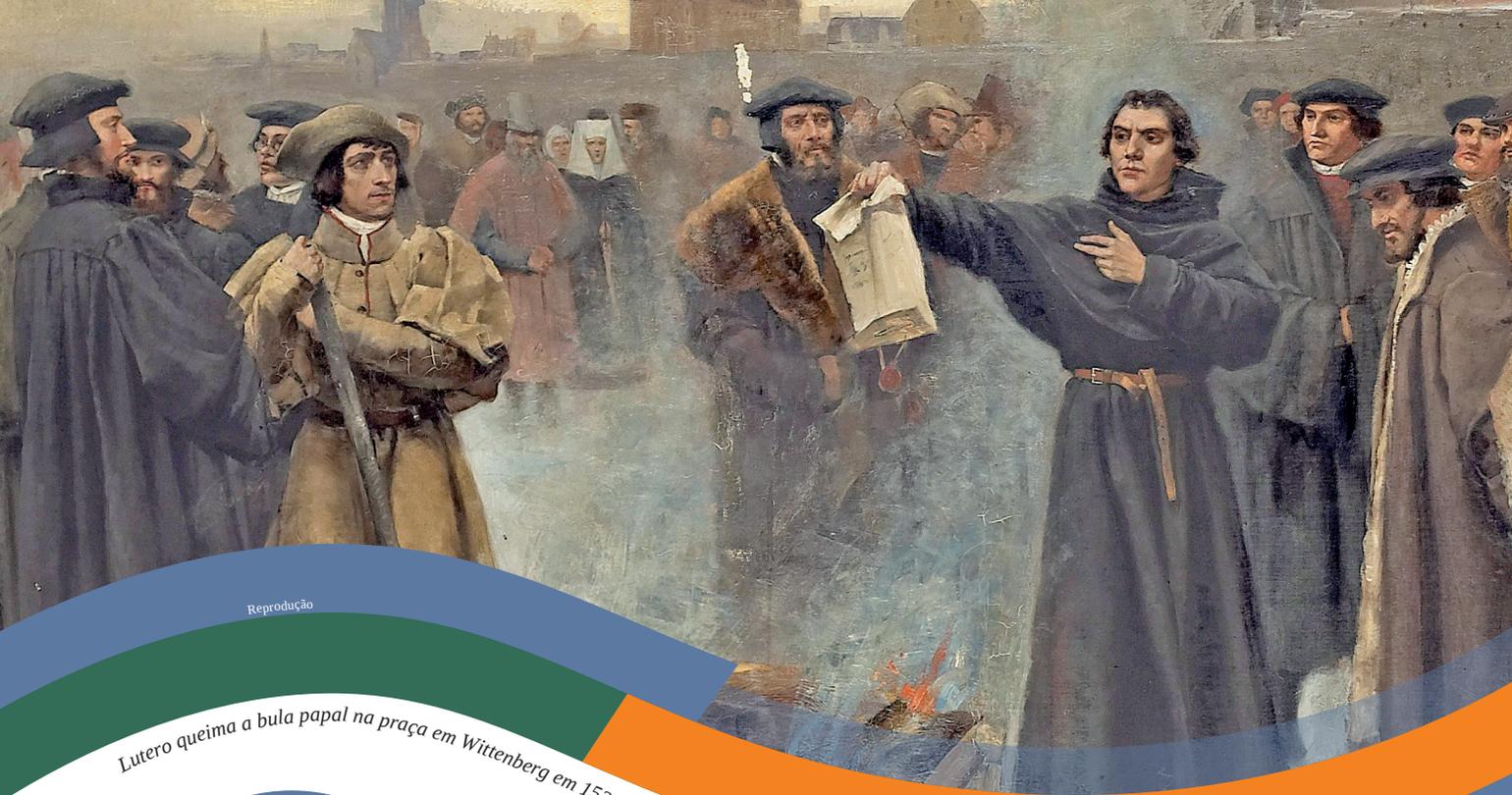
3 As Cruzadas foram campanhas expansionistas que procuravam disseminar a fé cristã e fazer valer alguns interesses da Igreja. Marque a alternativa **correta** sobre a relação entre Cruzadas e intolerância religiosa.

- a. As Cruzadas não podem ser consideradas atos de intolerância religiosa, pois elas apenas tentavam converter outros povos ao cristianismo.
- b. Ao utilizar a força para impor a religião cristã ou os interesses do cristianismo, desconsiderando os interesses de outros grupos, os cruzados adotaram posturas que na época eram vistas como intolerantes.
- c. O pensamento da época considerava as Cruzadas como um ato justo que defendia os bons (cristãos) dos maus (infiéis ou hereges).
- d. Além do interesse religioso, nenhum outro pode ser atribuído às Cruzadas.
- e. As Cruzadas eram travadas pelos membros do clero, já que não tinham muita capacidade de atrair outras pessoas para a tarefa.

4 No período do seu surgimento, uma das características fundamentais do cristianismo era a condenação da violência. Durante o Império Romano, essa **ideia** não foi bem-vinda pelos líderes militares e, durante a Idade Média, tornou-se um obstáculo diante do desejo de defender e de impor os interesses cristãos. Sobre a relação entre cristianismo e violência, assinale a alternativa **correta**.

- a. Mesmo tendo conquistado poder político, durante a Idade Média, a Igreja manteve-se fiel ao princípio da não violência, não tendo utilizado sua influência para impor castigos físicos.
- b. Na Idade Média, a aceitação da violência passou a ser generalizada entre todos os membros e todos os setores da Igreja.
- c. A relação entre cristianismo e violência se alterou durante a Idade Média; de um povo que condenava qualquer forma de violência, o comando da Igreja passou a compreender que existem algumas violências justas.





Reprodução

Lutero queima a bula papal na praça em Wittenberg em 1520, de Karl Aspelin, século XIX.

3

Idade Moderna: transformações e mais intolerância

Se os termos **Idade Média** ou **Idade das Trevas** nos fazem pensar em um período atrasado e sombrio, a **ideia** que parece mais apropriada para definir uma Idade Moderna é quase oposta. As palavras **moderno** e **modernidade**, diferentemente de algo atrasado, fazem referência a algo novo, criativo e sofisticado. Pense nos momentos em que você usa a expressão **moderno** ou no quanto ela é utilizada à sua volta.

Dizemos que a arquitetura de um prédio ou sua decoração é muito moderna, sonhamos com os aparelhos tecnológicos mais modernos e até chamamos uma arte inovadora e diferente da convencional de moderna. Em todos esses casos, o termo **moderno** não é só usado para sinalizar um tipo, mas, principalmente, para destacar uma qualidade, a qualidade de ser atual, novo e avançado. Com todas essas ideias aliadas ao





termo **modernidade**, não é de estranhar que pensemos no período histórico que leva esse nome como um tempo mais evoluído do que a Idade Média.

Em meio a essas impressões iniciais, entretanto, é importante destacar que, por mais que a Idade Moderna tenha sido um período de revoluções, mudanças e desenvolvimentos, ela também foi um período de guerras, violência e intolerância. Enquanto, por um lado, foram feitos avanços e reformas capazes de influenciar a ciência, a política, a economia e a filosofia, entre muitas outras áreas, por outro, a Inquisição viveu seu momento mais atuante e mais atroz; muitas pessoas foram mortas em intermináveis conflitos e guerras justificados por questões religiosas; e sociedades inteiras foram dizimadas e escravizadas usando não só justificativas religiosas, mas também explicações de ordem científica.

Assim, tentando não nos deixar levar pelo nome, pensaremos na Idade Moderna não como um período melhor e mais evoluído, mas como um momento em que ocorreram grandes transformações, sendo que algumas delas envolveram pensamentos e atos considerados pouco modernos na atualidade. Em muitas dessas transformações, a religião e o pensamento religioso estiveram envolvidos, algumas vezes de maneira direta, como na Reforma Protestante e na **Contrarreforma**, outras vezes de forma indireta, como no Renascimento e nos processos de colonização.



Lamento sobre o Cristo morto, de Giotto di Bondone, século XIV. Durante a Idade Média, a quase totalidade das obras artísticas eram de temas religiosos. A Renascença resgatou os temas da cultura clássica greco-romana.



A verdade é que a Idade Moderna trouxe muitas mudanças para a forma como a religião era concebida e abriu portas para muitos acontecimentos. Para entender todas essas transformações, é importante atentar para o pensamento renascentista. Ainda no século XIV, foi iniciada uma grande mudança na região da Itália, que depois se espalhou pelo território que conhecemos hoje como Europa e passou a ser chamada de **Renascimento**.

O nome vem da intenção de retomar, ou seja, de fazer renascer o interesse pelos textos e estudos clássicos produzidos na Antiguidade Grega e Romana, afastando-se do pensamento e da filosofia religiosa do período medieval. Essa retomada de clássicos como Sócrates, Platão e Aristóteles gerava também uma mudança no foco das preocupações, o centro das inquietações deixava de ser Deus e passava a ser o homem.

A humanidade tornou-se um valor importante não por uma conexão entre homem e Deus, mas por qualidades como racionalidade, inteligência e educação. Assim, a postura ideal no período moderno não era mais a oração e o trabalho, e sim o estudo das humanidades, como Arte, Literatura e Filosofia. Por esse fragmento, já podemos perceber que a figura divina deixava de ser a única referência para o comportamento das pessoas. Isso não quer dizer que a religião tivesse deixado de ser importante, mas que o homem moderno desejava possuir outras qualidades, como a liberdade e a capacidade de construir o seu próprio caminho.



Illuminura de Jean Miélot escrevendo sua compilação dos *Milagres de Nossa Senhora*, século XV. A Igreja teve um papel muito importante na preservação de várias obras produzidas na Antiguidade Clássica, e estas só chegaram às nossas mãos porque estiveram, por séculos, em monastérios.

Para ajudar a marcar bem essa diferença, pense em duas pessoas que acabaram de descobrir que perderam o emprego e ambas passam a se questionar sobre o motivo da demissão. O primeiro chega à seguinte resposta: “fui demitido, como um castigo por conta de uma série de coisas ruins que fiz e que desagradaram a Deus”. O segundo, por sua vez, chega a uma resposta totalmente diferente: “Entendo que fui demitido por não ter atendido bem ao que era solicitado a mim”.



Como solução, o primeiro resolve rezar a Deus e pedir perdão e ajuda, já o segundo decide tornar-se mais eficiente por meio de mais qualificação. A primeira reação citada no exemplo é típica de uma mentalidade medieval, que encontra na mentalidade religiosa as respostas para a maior parte das perguntas, e a segunda é mais parecida com a razão humanista da Idade Moderna. Esse raciocínio não quer dizer que não há mais lugar para a fé, mas nos faz perceber que a religião deixa de ser a única fonte de respostas.

Outra forma de compreender bem essa diferença é pensar em como cada uma das mentalidades lidava com a dúvida. Na primeira, ou seja, na medieval, a dúvida era sinal de fraqueza e de falta de fé; assim, acreditar sem questionamentos era uma qualidade no período. Para o pensamento humanista, a relação era bem diferente: a valorização da Filosofia e da Ciência, que têm como base o questionamento, fez com que a dúvida fosse sinal de inteligência.

O pensamento questionador e que ousava duvidar passou a ser direcionado também para a Igreja e para algumas de suas práticas, que, como vimos no final do capítulo anterior, começavam a receber críticas. Entre as ações da Igreja Católica medieval que levavam a questionamentos, estavam questões materiais, como a venda de sacramentos, de perdões ou indulgências e de objetos considerados sagrados.



Xilografia de uma venda de indulgência em igreja registrada em um panfleto do século XVI. A venda de indulgência por parte da Igreja Católica foi uma das principais críticas de Martinho Lutero ao iniciar a Reforma.

Além dessas questões, a pouca formação de alguns párocos e o grande envolvimento político e econômico de bispos e do Papa acabavam fazendo com que as funções religiosas não recebessem a atenção devida. Para piorar a situação, os fiéis começavam a abandonar o comportamento que rejeitava a dúvida e a adotar aquele que questionava os tribunais de Inquisição e a venda de sacramentos e de indulgências. Esse conjunto de questões foi, então, a base para ações de contestação da Igreja, chamadas de **Reforma Protestante**.



De início, as **ideias** reformistas não tinham a intenção de criar novas igrejas e novas religiões, pretendiam apenas questionar os problemas visualizados na estrutura da Igreja Católica. Martinho Lutero, um dos principais nomes ligados à Reforma Protestante, era inclusive membro do clero. Ele discordava da venda de indulgências e afirmava que, para se livrar de um pecado, era necessário que houvesse um verdadeiro arrependimento. Por conta dessa discordância, Lutero escreveu e expôs 95 razões em que justificava ser contra a venda das indulgências e se colocou à disposição para defendê-las.

Não surgiram teólogos interessados em discutir as teses de Lutero, mas, sim, muitos apoiadores que passaram a copiar e disseminar as suas ideias. O teor das críticas não atingia apenas as indulgências, mas também a autoridade e a infalibilidade dos Papas e dos concílios; ou seja, para Lutero, os Papas e os concílios podiam errar e erravam nas decisões e na forma como conduziam a Igreja. Lutero ainda pregava uma relação direta entre os fiéis e Deus, tirando a Igreja do lugar de porta-voz da vontade divina.

Como todas essas ideias contrariavam os interesses da Igreja no momento, Lutero e seus seguidores foram excomungados. Essa expulsão dos contestadores não fez com que as reclamações contra a Igreja fossem reduzidas; pelo contrário, ela gerou uma fragmentação entre os cristãos, agora separados entre católicos e luteranos. Além das reivindicações de Lutero que causaram uma separação na Igreja no território que hoje conhecemos como Alemanha, mais reformistas apareceram, alguns repercutindo as ideias de Lutero, o que aconteceu na Suécia, na Dinamarca e na Noruega, outros desenvolvendo pontos de vista distintos, a exemplo dos calvinistas e dos anglicanos.



Lutero se defende diante do Imperador Carlos V na Dieta de Worms, de Anton von Werner, século XIX. Durante a Dieta de Worms (acima), Lutero foi questionado se repelia seus escritos e os “erros” que continham. Diante da confirmação de suas ideias, Lutero foi considerado, pela Igreja, herege e fugitivo, pois se escondeu durante um ano no Castelo de Wartburg.



Na França, um estudioso de nome João Calvino aderiu à reforma de Lutero e radicalizou alguns princípios. Ele desenvolveu suas **ideias** em torno da valorização do trabalho. Calvino aliou o conceito de **predestinação**, desenvolvido na Igreja Católica medieval, ao sucesso material. Segundo ele, o enriquecimento era sinal da graça divina, enquanto a pobreza era sinal de condenação.

A relação construída por Calvino entre sucesso material e salvação agradava aos burgueses, classe social que vinha se expandindo e enriquecendo desde o fim da Idade Média. Os calvinistas também não condenavam a usura (lucro), diferentemente da postura católica, outro motivo para que os burgueses preferissem o protestantismo.

Se pensarmos na situação adotando a perspectiva dos burgueses, fica claro o motivo da preferência. Você já sabe que a burguesia surgiu na Idade Média a partir da expansão das atividades comerciais. O trabalho dos burgueses, inicialmente, resumia-se a comprar produtos e revendê-los a um preço maior ou a produzir pequenos bens e vendê-los a um preço que justificasse os gastos e o esforços de produção e comércio. Nas duas formas de produzir riqueza, o lucro ou a usura era essencial, pois ele é a diferença entre o valor da venda e da revenda ou da produção e da venda, o que faz com que a ação comercial seja válida.

Então, para os burgueses, que tinham sua atividade necessariamente relacionada ao lucro, a escolha não era muito difícil. De um lado, estava o catolicismo, que condenava a base da sua atividade e a apresentava como um pecado; do outro, os protestantes, que não só aceitavam o lucro, como também indicavam que obter muito lucro era sinal de preferência divina. Ao escolher o protestantismo, os burgueses poderiam se dedicar à sua atividade terrena sem culpa e acreditar no seu sucesso financeiro como indicador de que a vida após a morte também seria boa.

A forte relação entre sucesso material e salvação divina construída pelos calvinistas foi, segundo um importante sociólogo chamado Max Weber, a base para a consolidação do modo de produção capitalista. No livro denominado *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, o autor fala da mudança que a Reforma Protestante possibilitou para as relações de trabalho. Enquanto para os católicos o trabalho era um meio de sustentar-se, não relacionado com a salvação, para os protestantes o trabalho e o sucesso adquiridos por meio dele eram uma forma de glorificar-se e de se tornar digno e nobre diante de Deus.



Reprodução

Retrato de Calvino jovem, século XVI. Depois de ser perseguido, João Calvino deixou a França e liderou a Reforma Protestante na Suíça com grande apoio da burguesia comerciante.



A mentalidade católica não apreciava o trabalho em excesso, já que o lucro e o acúmulo eram malvistas, e não rejeitava os momentos de ócio e lazer, nos quais se gastava dinheiro. Na doutrina protestante, por sua vez, não há muito espaço para a diversão mundana, mas há para o trabalho, pois nele o fiel não teria tempo para praticar excessos que contrariassem as regras divinas, como luxúria e preguiça. Como **consequência**, a mentalidade protestante foi importante para garantir acúmulos de riquezas e o constante desejo de ampliação da produção, características decisivas para o desenvolvimento do modo de produção econômica em que vivemos hoje.



O embarque dos peregrinos, de Robert Walter Weir, século XIX. Nas colônias inglesas (Treze Colônias), os calvinistas eram chamados de **puritanos** e fundaram várias cidades no Novo Mundo.

Do ponto de vista econômico, esse apoio dos burgueses era mais um ponto de enfraquecimento da Igreja Católica, pois, além das questões internas ligadas à materialidade e à violência com que eram combatidas as heresias, a Igreja tinha de lidar com a mentalidade humanista e questionadora e com um grande contingente populacional, os burgueses, que se sentiam mais representados pelo protestantismo do que pelo catolicismo. A lista de reclamações e de opositores ainda era reforçada por uma questão política: a intenção dos reis de aumentar o seu poder e diminuir o da Igreja.

A organização política da Idade Média, em que o poder era dividido entre os senhores feudais, perdia espaço para uma estrutura mais unificada, na qual os reis expandiam os seus domínios e já não queriam dividir a administração civil com o clero. Como a Igreja Católica medieval também possuía muitas terras, romper com ela poderia significar, para o rei, incluir no patrimônio do Estado as terras da Igreja, o que também foi um incentivo importante para alguns soberanos.





Detalhe de *Um ourives em sua oficina*, de Petrus Christus, século XV. A burguesia em ascensão ansiava por uma religião que legitimasse seus lucros e que não condenasse o aumento de suas posses.

A favor da Igreja, na maior parte das vezes, estava somente a alta nobreza. Para essa parcela social, condenar as usuras, e indiretamente os burgueses, era positivo, já que a burguesia vivia um momento de enriquecimento, enquanto a aristocracia começava um lento processo de redução do seu poder financeiro. A manutenção do estilo de vida feudal e, com ele, dos privilégios da nobreza fazia, então, parte do motivo pelo qual a Igreja recebia o apoio da alta nobreza.

Como a nobreza não constituía a maior parte da população, a expansão do protestantismo e a **consequente** redução da popularidade católica em alguns setores da sociedade, e de maneira mais ampla em alguns países, não podia ser ignorada pelo clero. Entre os anos de 1545 e 1563, foi realizado o **Concílio de Trento**, também conhecido como o **Concílio da Contrarreforma**. O concílio ganhou esse nome por conta da relação existente entre as questões discutidas e as reivindicações da Reforma Protestante, entretanto as necessidades do Concílio de Trento iam além das reivindicações dos cristãos reformados, incluindo outros aspectos que geravam uma crise intelectual, espiritual e institucional no catolicismo.

Você deve lembrar que os problemas da Igreja Católica começaram já na Idade Média, isto é, muito antes da Reforma Protestante. Foram esses impasses que desencadearam a Reforma e, depois dela, o Concílio de Trento e as ações que ficaram conhecidas como **Contrarreforma**. Assim, uma forma possível de enxergar as questões no período é perceber que tanto a Reforma Protestante quanto a reforma católica nascem dos impasses do próprio catolicismo medieval.



Para enfrentar a crise em que a Igreja Católica se encontrava, a estratégia estabelecida, em geral, apontava para uma reivindicação do passado, ora retomando elementos ligados à origem da Igreja, ora procurando copiar o passado de glória do início e de meados do período medieval. Nesse mesmo processo de voltar aos tempos de maior popularidade, o clero optou por enrijecer alguns aspectos da doutrina católica, estabelecendo, por exemplo, uma lista de livros proibidos e um reforço do Tribunal da Santa Inquisição, que em alguns países passava a julgar também simpatizantes da Reforma.



Retratando o Concílio de Trento, região norte da Itália. Em Trento, foi realizado um grande concílio da Igreja Católica, onde foi preparada a reação ao protestantismo.

Do ponto de vista teológico, o concílio também procurou responder algumas questões lançadas por Lutero durante a Reforma, como o fato de a salvação ser dada pela fé, e não pelas indulgências. A esse respeito, apresentou-se a **ideia** de que a fé, sozinha, não bastava para a salvação da alma, precisando ser somada às obras, que eram, antes de mais nada, a obediência aos mandamentos e sacramentos pregados pela Igreja Católica.

O concílio ainda se voltou para a experimentação da fé e adotou mudanças que pretendiam levar a uma vivência mais completa do cristianismo, por meio de experiências que incluíssem a educação, a comoção e o deleite do fiel. De maneira prática, essas decisões repercutiram na produção de imagens sacras, na musicalidade e na ritualística das missas, mudanças que pretendiam tornar o catolicismo mais comovente e atraente.

Havia, portanto, uma preocupação com a diminuição do número de fiéis, questão inclusive que incentivou a Igreja Católica a se envolver na política expansionista da Idade Moderna. Enquanto as monarquias se interessavam pelo acúmulo de terras e



de metais preciosos, entre as preocupações da Igreja estava o aumento do número de fiéis, o que poderia ser feito convertendo para o catolicismo as populações do “Novo Mundo”, que acabara de ser percebido pelos europeus.

Mesmo que a estratégia nas terras distantes fosse bem-sucedida — o que a História reforçou não só para os católicos, mas também para os protestantes — ainda havia, nas terras europeias, um cenário dividido. De um lado, estava a Igreja Católica e a alta nobreza e, do outro, as igrejas protestantes e os burgueses; entre eles, deslocando-se mais ou menos para um dos lados, estavam os soberanos. Contra a Igreja Católica, estava, como já dissemos, o interesse dos reis de aumentar o seu poder, entretanto a Igreja ainda possuía algumas vantagens a oferecer, a exemplo da justificativa divina para o poder e da tradicional relação entre algumas famílias reais e o comando papal.

Por si só, essa divisão dos cristãos já era uma grande novidade para o Ocidente. Pela primeira vez, desde a Idade Média, não existia apenas um discurso religioso fornecendo respostas sobre várias questões do mundo, mas dois ocupando o mesmo espaço e se dirigindo para uma mesma sociedade. Essas formas concorrentes de enxergar a realidade e o divino representavam possibilidades de escolha para as pessoas da Idade Moderna, que podiam optar por suas religiões e suas crenças de acordo com o seu modelo de vida e com o que lhes parecia mais correto.

Essa divisão também inaugura um novo conjunto de questões para serem tratadas quanto à intolerância religiosa. Se o ambiente social dominado por uma única religião, como no medievo, não incentivava a tolerância (você certamente não se esqueceu das perseguições aos não cristãos, pagãos ou infiéis), o ambiente com duas igrejas e duas visões de mundo também não estimulava a aceitação das opiniões diferentes.



Casamento de Luís XIV e Maria Teresa, de Jacques Laumosnier, século XVIII. Para defender a permanência no trono, muitos reis se valiam da justificativa divina para ficar no poder.



No lugar de iniciar o aprendizado de uma postura tolerante, respeitando as diferentes crenças e opções religiosas, o mundo europeu viveu, durante a Idade Moderna, uma série de conflitos envolvendo os católicos e os protestantes. A existência de duas religiões expressivas não deu origem a uma possibilidade de escolha pacífica e a uma obrigação de aceitar o diferente, pelo contrário, gerou uma série de conflitos e de hostilidades que perduram até a atualidade e que tentam afirmar uma religião a partir da negação da outra.

Não havia a possibilidade de negar o Deus da outra religião, pois católicos e protestantes acreditavam no mesmo Deus; ainda assim, as religiões negaram-se adotando uma contra a outra a crença intolerante de que só pode existir uma perspectiva correta. Assim, a existência de duas religiões cristãs não estimulou a tolerância, mas iniciou uma discussão até hoje não concluída e talvez impossível de se concluir sobre qual a verdadeira igreja de Jesus.

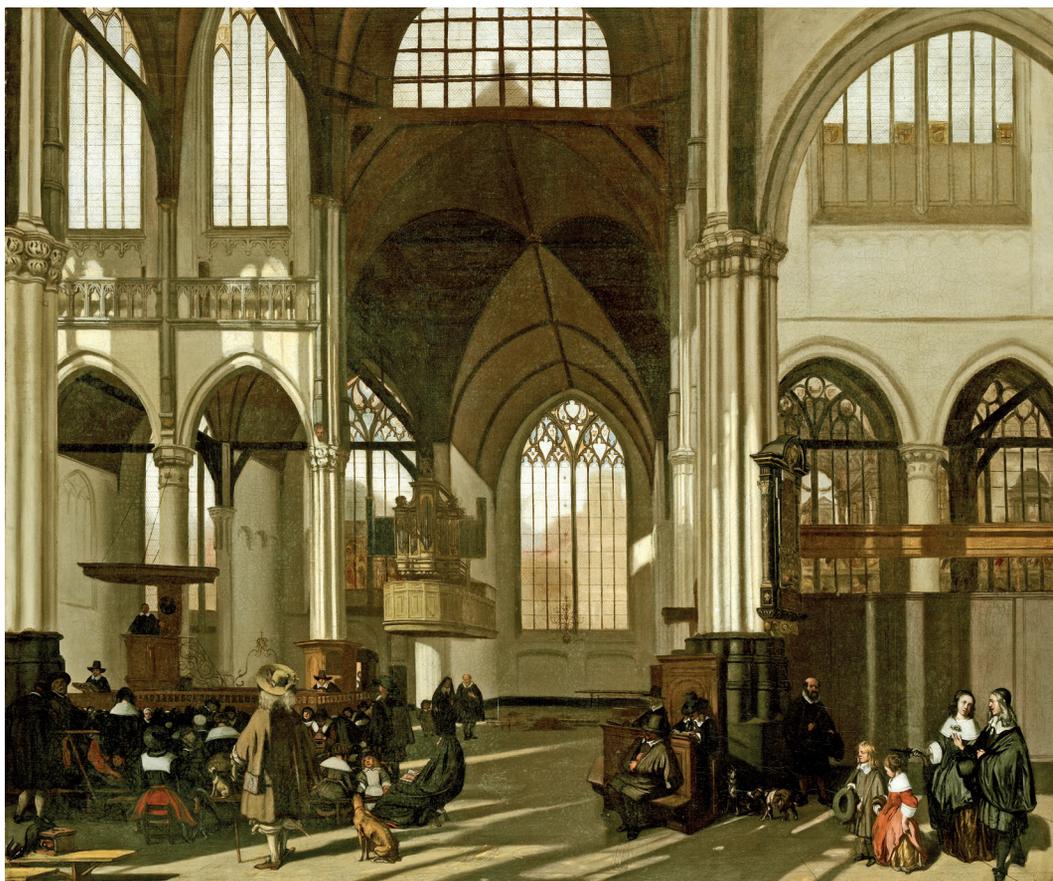
O que impossibilita a resolução de uma discussão como essa, de qual seria a igreja verdadeira, é o fato de que ela não é aberta a diálogo. Nenhuma pessoa que professa uma fé poderia aceitar que ela é errada, mas poderia compreender que ela tem problemas que poderiam ser solucionados a partir das experiências de outras religiões. O contrário disso é uma postura tolerante, pois visualiza as qualidades do que é diferente.

A utilização do discurso da religião única pelos dois grupos de cristãos fez com que um ponto de vista intolerante fosse substituído por dois. Não só católicos, mas também protestantes, basearam-se por muito tempo na concepção de que só os seus fiéis e só as suas práticas eram bem-sucedidas na tentativa de agradar a Deus, o que legitimou ações intolerantes de um grupo contra o outro e ainda contra terceiros.



A leiteira, de Johannes Vermeer, século XVII. O sonho da maioria dos calvinistas era se tornar burguês, e, para isso, eles trabalhavam muito e levavam uma vida sem muitos luxos.





Reprodução

Nova Igreja, de Emanuel de Witte, século XVII. Os cultos protestantes eram conhecidos pela ausência de pompa e de liturgias. A pintura mostra a simplicidade do interior de uma igreja, sem estátuas e sem pinturas, em Amsterdã, Holanda, o que era bem diferente da Igreja Católica. Este era um dos pontos de divergência, entre muitos, dos dois lados antagônicos cristãos.

A rivalidade entre protestantes e católicos pode ser comparada a uma briga entre irmãos. Sabemos que irmãos podem ter gostos, comportamentos e opiniões muito diferentes, no entanto, por serem irmãos, têm também muito em comum, a começar pelos pais e pela infância, incluindo ainda uma história e uma educação muito parecidas, senão iguais. Diante da diferença, os irmãos podem se aceitar e construir uma relação de amizade em torno do que os une ou podem separar-se.

O catolicismo e o protestantismo, assim como os irmãos, possuem muitas semelhanças, afinal de contas são ambas religiões cristãs, tiveram os mesmos ancestrais e uma história comum, dedicam-se à adoração da mesma divindade e se guiam por um mesmo conjunto de ensinamentos, localizados em um mesmo livro sagrado. Mesmo com todas as semelhanças, essas religiões não fizeram como muitos irmãos, que decidem aceitar as diferenças, mas escolheram o caminho da separação. Esse caminho as envolveu em muitos conflitos e hostilidades, não só logo após a Reforma e o rompimento, como também durante os séculos que se seguiram à separação, chegando até os dias atuais.



Assim, além da intolerância destinada aos não cristãos, iniciou-se, após a Reforma Protestante, uma rivalidade e uma prática intolerante entre os próprios cristãos, que, mesmo dotados de muitas semelhanças, brigaram entre si e valorizaram o que os separava. Ao longo da história, a intolerância envolvendo católicos e protestantes marcou conflitos, que deram vitórias a causas políticas e econômicas, mas nenhum engrandecimento do ponto de vista religioso.

Em muitas das agitações violentas, as discordâncias religiosas não estavam no centro das discussões, isto é, o que gerava o problema não era a diferença de credos, e sim questões de ordem política e econômica, como as que estavam ocorrendo entre a nobreza e a burguesia. Ainda assim, o discurso religioso era utilizado para legitimar ações, ajudando a dar uma outra aparência a conflitos. Em vez de lutar contra os burgueses, pois eles representavam o fim do estilo de vida da alta nobreza, parecia mais correto afirmar que se estava lutando contra protestantes, em defesa e em nome do catolicismo.

A história da França traz muitos exemplos de situações que ajudaram a solidificar a inimizade entre protestantes e católicos, através de conflitos que algumas vezes possuíam pouca relação direta com questões religiosas. Esses conflitos também contam a história da consolidação desses países como Estados absolutistas.

Na França, a monarquia absolutista se consolidou no século XVI, porém, mesmo possuindo um exército permanente e um sistema unificado de arrecadações, ainda era difícil para os monarcas organizar os interesses distintos da nobreza e da burguesia. A fim de conseguir prestígio e aliados em diferentes regiões da França, a monarquia utilizou o auxílio da Igreja Católica. Através de um acordo chamado **Concordata de Bolonha**, o rei francês passou a controlar nomeações para o clero no seu território e, em troca, cedeu à Igreja imunidade econômica.



À esquerda, Rei Francisco I da França e, à direita, Papa Leão X. Assinada em 1516 entre o Rei da França Francisco I e o Papa Leão X, a Concordata de Bolonha aumentou o poder real sobre o Papa e reforçou a ideia de que a Igreja francesa tinha uma posição privilegiada em relação a Roma.



Enquanto esse acordo e o respeito aos privilégios da nobreza resolviam o problema dos grupos mais tradicionais e consolidavam a força política do rei, ainda era necessário considerar a perspectiva econômica. Para aumentar a arrecadação do Estado, o rei não podia exigir altas contribuições da nobreza, uma vez que isso abalaria a estabilidade política, mas também não era possível explorar em demasia os burgueses, pois isso impediria o crescimento do país. A solução encontrada foi impulsionar a burguesia em direção ao “Novo Mundo”, ou seja, em direção à América.

O delicado equilíbrio estabelecido se rompeu pelo crescimento do protestantismo e por disputas políticas pelo poder real. Esse rompimento fez com que a França passasse por mais de 30 anos de instabilidade causada por conflitos religiosos, período em que ocorreram episódios muito cruéis, como o **Massacre de Vassy** e a **Noite de São Bartolomeu**.



Uma manhã perto dos portões do Louvre, de Édouard Debat Ponsan, século XIX. A Noite de São Bartolomeu foi um episódio sangrento na repressão aos protestantes na França pelos reis franceses, que eram católicos. Os assassinatos aconteceram em 23 e 24 de agosto de 1572, em Paris, no dia de São Bartolomeu.

Os dois episódios marcam o assassinato de grandes quantidades de huguenotes, nome dado aos calvinistas na França. O massacre ocorrido na cidade francesa de Vassy é um dos marcos da série de conflitos que estava por vir e faz referência ao assassinato de uma congregação de huguenotes reunidos em uma igreja. O massacre provocou outras hostilidades e, na sua **sequência**, ocorreram outros, como a Noite de São Bartolomeu, em que, aproximadamente, mais de 2 mil protestantes foram mortos só na cidade de Paris.



A instabilidade só chegou ao fim quando Henrique IV tornou-se o primeiro rei de família protestante da França. Procurando pacificar a nação, Henrique se converteu ao catolicismo, mas em contrapartida assinou o **Edito de Nantes**, que, apesar de confirmar o catolicismo como religião oficial da França, garantia espaço e liberdade para professar a fé dos huguenotes.

O edito garantia, além da liberdade de culto, a igualdade de acesso aos cargos e funções públicas e a igualdade perante a justiça, medidas que nos ajudam a formar uma **ideia** sobre a falta de garantias dos huguenotes antes do reinado de Henrique IV. Tanto o Edito de Nantes quanto a conversão do rei são sinais de tolerância, o primeiro pela liberdade e pelo respeito tornado obrigatório por força de lei; e o segundo, de maneira mais simbólica, por demonstrar a possibilidade de aproximar-se do outro lado.

O resultado das medidas tomadas pelo rei francês foi um período de estabilidade e paz que se estendeu durante o seu reinado. Depois dele, entretanto, interesses políticos levaram à redução da proteção aos huguenotes e, mais tarde, no governo de Luís XIV, ocorreu a revogação do edito e a proibição do protestantismo na França. Como a população huguenote havia crescido no período, estima-se que cerca de 700 mil protestantes foram obrigados a escolher entre a conversão para o catolicismo ou a fuga do país.



Louis XIV na tomada de Besançon, de Adam Frans van der Meulen, século XVII. Depois de 87 anos de tolerância religiosa, Luís XVI revogou o Edito de Fontainebleau, contrariando o Papa Inocêncio XI e causando a fuga dos huguenotes para países como a Prússia, os Estados Unidos e a África do Sul.



Os que moravam em regiões de fronteira, próximo a portos ou em lugares de ampla maioria católica foram os primeiros a sair da França, buscando refúgio em Genebra, na Inglaterra e nos Países Baixos, principalmente. Sair do país, entretanto, era uma ação cara e arriscada, já que era ilegal; além disso, é preciso considerar que a situação não é de uma simples mudança, mas de uma alteração profunda na vida de milhares de pessoas que precisavam abandonar muito do que construíram fugindo de perseguições religiosas.

Além de afetar individualmente todas as famílias que precisaram refugiar-se em outros países, a perseguição afetou a economia de toda a França. Como boa parte da burguesia era huguenote, a sua saída do país representou a saída de grandes, médios e pequenos comerciantes e produtores, enfraquecendo a estrutura econômica e reduzindo a arrecadação do rei.

O caso francês ajuda a esclarecer que, tanto no século XVI quanto nos dias atuais, as ações intolerantes não afetam apenas as pessoas do grupo perseguido. Por mais que nesse período a força do Estado estivesse nas mãos dos católicos e os massacres fossem destinados aos protestantes, a instabilidade e a violência se espalhavam de maneira generalizada causando grandes e pequenos atos de retaliação que não traziam justiça, mas ajudavam a espalhar o ódio entre os grupos.

Os conflitos franceses demonstram ainda que a intolerância religiosa atinge a sociedade em vários setores. Imagine, por exemplo, que hoje o Brasil deixasse de ser um país em que há liberdade de culto religioso e que todas as religiões, com exceção da sua, fossem proibidas. Os brasileiros que pudessem, assim como os franceses, sairiam do país. Com a fuga em massa e com as perseguições e mortes dos que não escapassem ou se convertessem, imagine o desequilíbrio que essa situação geraria para toda sociedade.



Emigração dos huguenotes, 1566, de Jan Antoon Neuhuys, século XIX. A emigração maciça dos huguenotes causou vários problemas financeiros para a França, pois muitos eram burgueses.



Você certamente percebeu que, nessa situação hipotética, mesmo que a sua religião não fosse perseguida, essa medida afetaria a sua vida também, pois ela faria com que muitas pessoas com quem você convive de maneira direta, como professores, amigos, colegas, motoristas, vendedores, fossem impedidos de viver no país e de contribuir para a sociedade. A imagem fica ainda pior se considerarmos os artistas, cientistas ou escritores que influenciam sua vida de maneira indireta.

Assim como nesse exemplo fictício, a França do século XVII também experimentou um desequilíbrio social que atingiu outras áreas, além da economia. Mas o desequilíbrio não foi suficiente para desestimular ações de intolerância; na verdade, não só a França, como também outras nações europeias espalharam a intolerância dentro e fora dos seus territórios.

A Idade Moderna e a formação dos Estados absolutistas deram condições para a expansão marítima que fez os europeus conhecerem outros continentes e outros povos. Junto a essas novas realidades, apareciam novas religiões, que, assim como o cristianismo, possuíam uma antiga história de unificação e consolidação de povos. Ainda que as religiões nativas fossem importantes para a organização social existente, elas não foram respeitadas pelos interesses das nações europeias.

Mais uma vez, estabeleceram-se acordos em que se misturavam interesses políticos, econômicos e religiosos, usando, em geral, este último para justificar uma grande quantidade de ações. Na seção seguinte, falaremos, portanto, de um novo capítulo nessa pequena história da intolerância, envolvendo desta vez as ações de intolerância e dominação que foram executadas contra os povos colonizados pelas nações europeias. Antes disso, mais uma vez, vale a pena lembrar alguns aspectos tratados até aqui.

Reflexão

1 Ao questionar algumas ações da Igreja, Martinho Lutero não pretendia criar uma nova religião, mas promover algumas reformas ou mudanças na estrutura da Igreja de que fazia parte. Entretanto, como suas reivindicações não foram bem-aceitas, a Reforma Protestante resultou numa fragmentação da Igreja cristã, que passava a ter cristãos católicos de um lado e cristãos reformados do outro. Sobre a relação entre reformados e católicos, marque o que for **correto**.

- a. A existência de duas religiões influentes dividindo espaço na sociedade foi importante para desenvolver a tolerância religiosa entre os europeus.
- b. As religiões resultantes da fragmentação, após a Reforma Protestante, possuíam



muitas características comuns, já que compartilhavam o mesmo passado. A semelhança entre os grupos foi responsável por desencorajar atos de intolerância.

- c. A relação entre cristãos católicos e cristãos reformados não foi harmoniosa, mas os conflitos tinham origem em questões políticas, sendo desencorajados pelas lideranças religiosas.
- d. As semelhanças entre as religiões professadas pelos católicos e pelos protestantes não impediram as ações intolerantes entre os grupos, que desejam estabelecer-se como a verdadeira igreja de Cristo.
- e. As diferenças teológicas são as únicas responsáveis pela disseminação da rivalidade e da intolerância entre católicos e reformados.

2 Mesmo dando origem a uma sociedade mais racionalista, a Modernidade foi palco de muitos conflitos religiosos, a exemplo do que ocorreu na França opondo cristãos católicos e cristãos reformados. A rivalidade foi marcada por muitas mortes e violência, como ocorrido no Massacre de Vassy e na Noite de São Bartolomeu. Para frear os desequilíbrios causados pelos conflitos, o Rei Henrique IV institucionalizou medidas de tolerância. Sobre essas medidas, assinale o que for **correto**.

- a. As medidas utilizadas para barrar os conflitos religiosos baseavam-se na reunião das religiões.
- b. Entre as medidas estavam o Edito de Nantes, que garantia a liberdade de culto.
- c. As garantias legais para a liberdade religiosa estabelecidas pelo monarca não surtiram efeito, comprovando que a tolerância religiosa não pode ser alcançada através de ações governamentais.
- d. Embora o Edito de Nantes tivesse por finalidade estimular a liberdade religiosa, o fato de estabelecer o catolicismo como religião oficial gerou ainda mais conflitos.
- e. A proteção aos direitos dos protestantes ou huguenotes e a liberdade de culto promovidas pelo Edito de Nantes geraram uma situação social mais pacífica que perdura na França até os dias atuais.

3 Para enfrentar a situação de crise em que se encontravam, as lideranças do clero católico convocaram o Concílio de Trento, que buscou estabelecer estratégias de ação para a Igreja diante de um período de instabilidade. As ações desse concílio ficaram conhecidas como **Contrarreforma**. Sobre ela, marque a alternativa **correta**.

- a. A função do Concílio de Trento foi, unicamente, negar as **ideias** desenvolvidas por Lutero.
- b. O Concílio de Trento tinha como foco não só as reivindicações da Reforma Pro-





Reprodução

A fundação de São Paulo, 1554, de Oscar Pereira da Silva, século XX.



Novos povos e velhas práticas: intolerância religiosa e colonização no Brasil

As ações dos portugueses, dos espanhóis e de outros povos colonizadores quanto à imposição de um discurso religioso nas terras colonizadas não representavam novas formas de lidar com a diferença. Na verdade, já tratamos de posturas semelhantes, como as que ocorreram durante a Idade Média, na tentativa de converter os povos pagãos.

Assim como os camponeses praticantes de antigas religiões pré-romanas, os povos nativos da América, da África e da Ásia foram considerados pagãos. Dessa vez, não mais pela relação dessa palavra com o camponês (*paganus*), mas porque o termo passara a ser utilizado para denominar todos os que ainda não tivessem tido a oportunidade de conhecer





e de se converter ao cristianismo. Nos dois casos, as religiões tidas como pagãs eram percebidas como expressões primitivas e fantasiosas.

O que há de diferente é a dimensão e o momento histórico vivido. A respeito da dimensão, precisamos considerar que o processo de conversão não se direcionava para pequenos e médios grupos, e sim para grandes massas populacionais, continentes inteiros que até então eram desconhecidos para os europeus e que de tão amplos chegavam a ser chamados de **Novo Mundo**.

As dimensões do mundo europeu estavam se ampliando justamente em um momento histórico no qual o cristianismo havia passado por uma fragmentação que separara cristãos católicos de um lado e cristãos reformados ou protestantes de outro. Como sabemos, esse rompimento e mesmo a organização após separação não ocorreram de forma pacífica, para os dois lados do cristianismo a ação de expansão da fé não era apenas uma corrida contra o paganismo, mas também contra o seu adversário cristão.

Outro ponto que para nós marca a diferença entre as ações da Igreja medieval e das igrejas modernas é que, a partir de agora, passamos a nos referir ao processo de formação da identidade religiosa do nosso país e dos nossos vizinhos territoriais. A religiosidade brasileira e os traços de intolerância religiosa que perduram até hoje são resultado, como tudo à nossa volta, de um caminho histórico que foi percorrido e de um conjunto de situações que atuaram para constituir nossa identidade.

Ainda que os eventos específicos que marcaram a colonização sejam de extrema importância para o momento, não vamos nos dedicar a descrever a ação católica dos portugueses e espanhóis; os episódios protestantes, como os huguenotes franceses, que, fugindo das lutas religiosas no país, tentaram implantar a França Antártica na Baía de Guanabara; nem mesmo o caso dos holandeses, que se dedicaram a ocupar e a converter ao protestantismo os nativos do Nordeste do Brasil.

Nosso interesse ao tratar da intolerância religiosa no período colonial brasileiro é destacar a situação de encontro de perspectivas religiosas e de como estavam elas mais ou menos abertas para a aceitação do diferente. Para tanto, é necessário considerar elementos das três visões religiosas que se encontraram durante a colonização brasileira: a dos portugueses, de grupos indígenas e de grupos africanos.

A identidade religiosa dos portugueses conserva muitas das características já mencionadas, uma vez que eram cristãos e, mais precisamente, católicos. Para além das características gerais, entretanto, existem alguns elementos que diferenciam os povos portugueses de outros europeus na sua relação com o cristianismo. Para entender essa relação, é importante retomar o mito de constituição de Portugal enquanto nação unificada.



Você pode estranhar o uso da palavra *mito* neste momento, pensando talvez que a mitologia não se refere a povos modernos como os portugueses, mas a outros, muito mais antigos, como os gregos e romanos. Os mitos, muito mais do que histórias antigas, são narrativas que buscam retratar a origem de algo. Hoje, por mais que a mentalidade cientificista tenda a negar a veracidade do mito, não se questiona a importância dele para a construção da identidade dos povos.

As narrativas que se dedicam à história da consolidação de Portugal como um Estado forte e centralizado misturam a perspectiva expansionista e religiosa e contribuem para a formação da mentalidade portuguesa dos séculos XV e XVI. Segundo o mito criador, a gênese do Estado português teria se dado por meio de uma experiência mística do infante Dom Afonso Henrique. Estando ele em marcha para o combate dos mouros, teria feito uma oração pedindo força e ânimo para os soldados que iriam combater os inimigos da fé.

Depois da oração, ele teria adormecido e sonhado com um homem velho, que depois voltou a aparecer a ele quando acordado. O homem garantiu que ele não só venceria os infiéis, como também receberia a visita de Cristo. Quando a visão aconteceu, Dom Afonso rogou que a revelação não fosse feita a ele, que já acreditava, e sim aos mouros e a outros descrentes, para que assim se convencessem. Na resposta, Cristo teria indicado que Dom Afonso deveria iniciar a batalha como rei, de um reino fundado pela sua vontade e por meio do qual se deveria notificar o nome de Cristo aos povos estranhos.

Portugal teria, nessa perspectiva, uma responsabilidade maior do que a dos demais reinos, pois, enquanto outros reis haviam sido fruto da vontade divina, o português era fruto da vontade e da escolha direta. Sendo assim, outros reinos poderiam apenas ser católicos, mas Portugal possuía a missão de crer e de propagar a fé.



Rei Afonso Henriques de Portugal. O rei era conhecido como “o Conquistador”, pois conseguiu a independência portuguesa do Reino de Leão.

Em meio a esses elementos definidores, o reino português, no período, tinha como objetivo dilatar as fronteiras territoriais e espalhar a fé católica. Note que a narrativa criadora traz para os portugueses não só a certeza de que a fé defendida por eles, isto é, a católica, é a correta, mas também autoriza o português a impô-la contra outras formas de crença, uma vez que os povos precisam ser convertidos.

De fato, quando a colonização foi estabelecida no Brasil, Dom João III, rei de Portugal, escreveu para o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, uma carta em que afirmava ser a causa principal que o levou a povoar o Brasil a necessidade de converter a gente à fé católica. Antes disso, Pero Vaz de Caminha, também em carta, afirmara que a melhor semente a ser lançada no solo recém-descoberto era a condução dos povos pagãos ao cristianismo.

É claro que os portugueses também possuíam outros interesses, como descobrimos ao estudar os ciclos econômicos e algumas medidas do período. Ainda assim, é preciso saber que foi com essa mentalidade pouco capaz de tolerar outras expressões religiosas que os portugueses entraram em contato com a religiosidade dos grupos indígenas e dos grupos africanos trazidos para a colônia.

Nesse momento, é interessante para a nossa construção retomar o lembrete de não assumir uma postura etnocêntrica. Certamente, as missões jesuíticas podem ser vistas hoje como causadoras da perda de muitos elementos da cultura e da religiosidade indígena, fazendo com que diversos conhecimentos fossem perdidos com o tempo. Entretanto, para os missionários, as ações estavam revestidas da função sagrada de salvar as almas, através da qual os portugueses acreditavam estar fazendo o bem para os povos catequizados.



Detalhe da pintura *Elevação da cruz em Porto Seguro, Bahia*, de Pedro Peres, século XIX. Os jesuítas, enviados com a função de catequizar os nativos, viviam entre os indígenas e procuravam ensinar-lhes, além do catolicismo, o idioma e os hábitos dos portugueses.



Fazendo uma ponte com os dias atuais, podemos destacar que as ações missionárias não são atitudes limitadas ao século XVI. Hoje os grupos missionários continuam sendo muito populares e continuam levando muitas pessoas, principalmente jovens, a deixarem seu país ou sua região em busca de transmitir, assim como os portugueses ou os holandeses colonizadores, o evangelho cristão.

Os grupos missionários da atualidade dirigem-se, muitas vezes, para regiões marcadas por desastres naturais ou situações de extrema pobreza. Nesses espaços, eles costumam realizar o duplo trabalho de auxiliar a organização social, como em escolas, hospitais e serviços de acolhimento, e de dedicar-se à conversão dos povos. Assim como as missões do século XVI, as atuais costumam dividir opiniões: para alguns, são ações louváveis de auxílio aos necessitados; para outros, são intolerantes, destruidoras das culturas locais e impositivas do cristianismo, católico ou evangélico.



O primeiro dia de Ação de Graças, 1621, de Jean Leon Gerome Ferris, século XIX. Os puritanos legitimados pela ideia de ser o povo escolhido por Deus para criar a nova Israel achavam que os nativos eram inferiores.

Essas contradições fazem parte da nossa sociedade e nos ajudam a perceber que um mesmo conjunto de ações pode ser visto de mais de uma forma, não só quanto às ocorrências de hoje, mas também quanto as do passado. Depois de apontar algumas características e críticas direcionadas ao pensamento cristão do europeu, é preciso



compreender também alguns elementos que faziam parte da mentalidade religiosa dos grupos indígenas e africanos.

Antes de tratar desses grupos, devemos ressaltar que estamos nos referindo a vários grupos, e não a um único. Da mesma forma que, ao caracterizarmos elementos do pensamento religioso dos portugueses, tivemos de diferenciá-los de outros países europeus, pois, mesmo possuindo características comuns, também possuíam individualidades. Não podemos desconsiderar que estavam espalhados pelo território brasileiro, bem como pelo continente africano, diversos grupos nativos, que se diferenciavam uns dos outros pela sua cultura.

Diferentemente da realidade dos portugueses, que possuíam uma quantidade farta de referências sobre o pensamento da época, a situação dos grupos africanos, e ainda mais a dos indígenas, era diferente. Há uma grande quantidade de textos que descrevem como o português se sentiu diante da aproximação de povos tão diferentes, narrativas que se dedicavam a descrever os nativos e a dar a opinião dos que aqui chegavam sobre eles. Algumas dessas descrições diziam, por exemplo, que os grupos locais se encontravam em um estágio de desenvolvimento inferior, no qual não havia fé, lei ou rei.

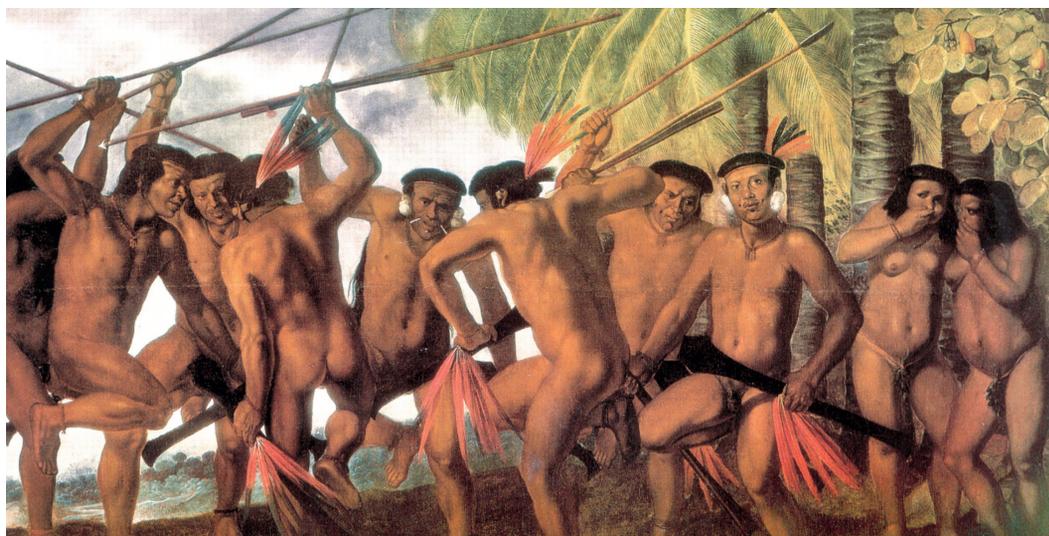
Do outro lado, entretanto, é muito mais difícil saber o que pensavam os grupos nativos com a chegada dos europeus. De início, os colonizadores não estavam muito interessados em entender o ponto de vista dos indígenas, e, séculos depois, quando o interesse surgiu, a dificuldade passou a se localizar no fato de que a maioria dos povos americanos, à época da chegada dos europeus, era sociedade coletora (nômade), dificultando a existência de registros.

Por conta dessa complicação, a opinião de povos que formavam uma sociedade produtora (sedentária), como os incas, os maias e os astecas, é que foi utilizada para dar conta da opinião geral de todos os grupos nativos. Daí vem a **ideia** de que todos os indígenas, ao se depararem com os europeus e com as suas grandes embarcações, acreditavam estar diante de deuses, ideia que se aproxima da religiosidade dos grupos citados, mas se diferencia da realidade da maioria dos grupos nativos brasileiros.

Nós nem precisamos pensar muito para entender que essa generalização sobre o pensamento dos indígenas carrega muitas possibilidades de erro. Imagine, por exemplo, que hoje desaparecessem os registros escritos de todos os países da América do Sul, que não existissem mais livros, revistas, folhetos, páginas de Internet no Brasil, no Chile, na Argentina, no Paraguai, enfim, que tivessem desaparecido todos os textos, restando apenas informações na Colômbia. Será que poderíamos reconhecer a identidade de todos os países apenas por meio dos colombianos? E mais: será que poderíamos indicar que brasileiros, chilenos, argentinos possuem a mesma identidade e as mesmas crenças expressas nos textos colombianos? Certamente que não, por mais que possam existir muitas semelhanças, cada país tem suas próprias características, que diferenciam uns dos outros.



Além da falta de textos de autoria dos indígenas brasileiros, ainda havia o problema de que os documentos que se dedicavam a descrever a realidade dos nativos, como os relatórios escritos pelos jesuítas, são hoje questionados quanto à sua validade. Isso porque eles observavam, julgavam e descreviam a cultura do indígena a partir da sua própria. Na época, o termo **etnocentrismo** ainda não existia, mas, com o passar do tempo e com o aperfeiçoamento e o surgimento de práticas como a do antropólogo e do etnógrafo, percebeu-se que não bastava observar uma realidade para ter um retrato fiel dela. Entre muitos outros desafios, era preciso que o observador tivesse o cuidado de compreender a cultura observada a partir dela mesma, ou seja, tentando não julgar a partir do próprio ponto de vista.



Dança dos tapuias, de Albert Eckhout, século XVII. Os indígenas, assim como na cultura dos europeus, também tinham costumes, como a dança.

Assim, os aspectos religiosos descritos a seguir devem ser percebidos como resultado do estudo de muitos pesquisadores, que, ao longo do tempo, recorreram a registros de pesquisadores mais antigos e a observações de grupos, que, por viverem isolados, provavelmente conservavam características dos seus antepassados. Ainda é preciso ter em mente que as características se referem a noções gerais dos vários grupos, que, pela mesma falta de informações precisas, não são conhecidas nas suas especificidades.

Antes da chegada dos europeus, muitos povos indígenas ocupavam o nosso território. Os autores da época divergiam sobre a quantidade de habitantes, porém as estimativas variavam em torno de 1 e 5 milhões de nativos, quantidade que diminuiu consideravelmente ao longo dos anos. Essas pessoas constituíam grupos que se diferenciavam pelo idioma e por diversos hábitos diários, mas que também se assemelhavam em características como nas práticas agrícolas, na posse coletiva dos bens e na relação com a natureza.



Na religiosidade, um traço comum é a crença em um Deus absoluto, criador de todas as coisas, ainda que entre os diversos povos esse Deus tenha recebido diferentes nomes e concepções. O Deus criador dos indígenas, chamado por alguns de Tupã, por outros de Itukoóvit o grande criador, não se identifica com o Deus criador da tradição judaico-cristã, ou seja, não é reconhecido pelas mesmas qualidades e características.

A concepção indígena da divindade, assim como a judaico-cristã, possui toda uma teologia que está relacionada com a vida cultural dos indígenas. Essa teologia não é escrita, não possui um livro sagrado nem um profeta ou um revelador, nem tem o seu culto relacionado a um templo, mas se revela em todo o Universo e por meio de todas as coisas e se transmite por todos os indígenas a partir da tradição oral.

É justamente por conta dessa oralidade que a conversão de um nativo representa um perigo tão grande para a continuidade da sua cultura, pois, a partir do momento em que deixa de aprender sobre elementos da sua religiosidade, não é só o seu conhecimento que se compromete, mas também o dos novos indígenas, que aprenderiam as tradições a partir dos ensinamentos e da observação dos mais velhos.

Para os nativos, o sagrado está em tudo: no Sol, na Lua, na Terra, nas árvores, nos animais e nas pessoas, além de nas palavras, nos hábitos e nos gestos. Tudo é espiritualizado e possui a sua história e a sua função. Como o indígena reconhece um espírito na colheita, nas pedras, no Sol, por muito tempo foi estimulada a **ideia** de que ele adorava a esses elementos como divindades e que não conhecia Deus, quando, na verdade, a religiosidade indígena concebe um criador que está além de todas essas coisas e se manifesta por meio delas.

Já nos seus primórdios, a religiosidade indígena concebia junto às manifestações religiosas a necessidade de equilíbrio, com a qual a mentalidade ocidental só começou a se preocupar séculos depois, com o surgimento dos movimentos ambientalistas. Diferentemente da tradição judaico-cristã, que apresenta a criação divina como recurso a ser utilizado pelo homem, a tradição indígena indica que essa relação deve ser cuidadosa e respeitosa.

Não é possível para o indígena compreender a terra apenas como um espaço no qual se vive, é preciso ter uma ligação profunda com ela. Os nativos eram orientados pelos mais velhos a não matar todos os animais encontrados. Só se deveria matar o que fosse necessário, pois assim sempre existiriam animais na mata e nos rios. O indígena compreendia como uma ordem divina a necessidade de tratar bem a natureza, para que nada se extinguisse em momento algum.

Como a religiosidade está em tudo, é difícil separar aspectos da vida cultural e da vida religiosa. A orientação quanto à caça, por exemplo, faz parte dos hábitos culturais, mas neles também há uma dimensão religiosa e espiritual. Os indígenas compreendiam essa espiritualidade nas suas ações cotidianas, e, ao serem obser-



vados, pareciam, ao menos inicialmente ao português, não ter nenhuma religião, já que eles não possuíam templos e ritos separados do trabalho, da arte e de outras práticas cotidianas.

Na verdade, o olhar dos europeus estava tão voltado para os seus próprios modos de viver que, durante algum tempo, discutiu-se se os nativos eram seres iguais a eles, isto é, se eram humanos. O modo diferente de se relacionar, de se comportar e mesmo as diferenças na aparência, como a cor da pele e a constituição física, faziam com que alguns acreditassem que os indígenas poderiam não ser pessoas, e sim um tipo diferente de animal. A questão só foi encerrada quando o Papa Paulo III, em 1537, declarou oficialmente que eles eram homens verdadeiros.

Como resultado da declaração, ficou estabelecido que, sendo pessoas, os indígenas deveriam ser catequizados e apresentados à verdadeira fé. Mesmo que a esse tempo os portugueses já tivessem percebido que os nativos possuíam uma religiosidade, a mentalidade expansionista e apostólica dos portugueses considerava que as crenças nativas deveriam ser substituídas para garantir, assim, a salvação das almas desse povo.

Outra **consequência** da indicação papal é que, por serem humanos, os nativos não deveriam ser comercializados, diferentemente da postura da Igreja quanto aos nativos do continente africano. Essa posição da Igreja contrariava os interesses dos países, mas atendia aos próprios, uma vez que possibilitava uma quantidade muito grande de potenciais fiéis, que, ao serem convertidos, reforçariam a influência do catolicismo.



Reprodução

Caboclo, de Jean-Baptiste Debret, século XIX. Mesmo com a declaração do Papa Paulo III de que os indígenas eram seres humanos, a tentativa de escravização dos indígenas continuou por algum tempo.



Os indígenas passavam a viver em grupos comandados por jesuítas deixando de aprender elementos da sua cultura e da sua religiosidade, para se dedicar a compreender o evangelho e o modo de vida dos cristãos. Como a religiosidade do indígena não se separava da sua vida cotidiana, a influência jesuítica não interferia apenas na forma de visualizar a divindade, mas também alterava o sentido de práticas diárias e da relação com o mundo à volta.

Se por um lado a criança educada pelos jesuítas não crescia se transformando em um indígena que compartilhasse totalmente da cultura e dos costumes do seu povo, por outro ele também não se tornava um adulto europeu, que pudesse ser plenamente aceito nos países de origem dos colonizadores. Os novos indígenas eram estranhos aos dois grupos.

Do encontro entre europeus e nativos, tanto pela influência da catequese quanto pelo nascimento de filhos de portugueses e nativas, surgia, então, um terceiro grupo, que não se encaixava muito bem em nenhum dos dois primeiros. A influência dos portugueses, capaz de gerar um terceiro povo, era mais forte do que a influência que os indígenas eram capazes de exercer sobre seus colonizadores, entre outros motivos porque a cultura e a religiosidade dos nativos eram menos fechadas ao contato com o diferente.

Ao contrário da religiosidade cristã, que se constituiu, em muitos momentos, apontando para o que acredita ser o caminho correto, diante de outros caminhos, a religiosidade indígena se caracteriza por uma postura mais ampliativa, ou seja, por enxergar o divino em tudo. Assim, era mais fácil para o indígena aceitar a visão dos portugueses sobre o divino, somando-a às várias visões que já possuíam, do que era para os portugueses aceitar a do nativo, pois para eles havia apenas um jeito certo de cultuar a Deus, o deles.

Outra teoria para a aceitação dos ensinamentos dos portugueses pelos indígenas vem do estudo dos povos de família **linguística** tupi-guarani, ou seja, povos que falavam idiomas dessa família (assim como o português, o francês e o espanhol são da família linguística do latim). Entre esses povos, estavam tamoios, potiguaras, tupinambás, que possuíam muitas diferenças entre si, mas também alguns elementos comuns, como a crença na existência de uma Terra sem Males, esperança que fazia com que os tupis-guaranis migrassem para leste, em direção ao mar.

Como foi justamente do leste e do mar que chegaram os colonizadores, alguns historiadores acreditam que os nativos podem ter pensado que os europeus vinham da Terra sem Males. Essa teoria explica a receptividade dos indígenas não pela crença de que os europeus fossem deuses, e sim pela intenção de transformá-los em aliados e de descobrir o que eles sabiam sobre a terra para a qual todos gostariam de ir.



Nas duas formas de explicar a relação dos nativos, diante da cultura e da religiosidade dos forasteiros europeus, ficamos diante de um mesmo resultado: os indígenas se mostraram mais receptivos ao diferente do que os colonizadores. Ao somar essa abertura à possibilidade de impor a vontade do europeu por meio da força, o que também foi feito, passamos a compreender as bases para o comprometimento da cultura e da religiosidade indígena, que sofreu, a partir da colonização, com a redução de povos e hábitos e, em alguns casos, com a extinção de ambos.

Os nativos possuíam saberes sobre a vida na mata que hoje desconhecemos. Imagine, por exemplo, o que você conseguiria fazer se ficasse sozinho no meio de uma floresta fechada: como se defenderia, comeria e descansaria. Além desses conhecimentos práticos, os nativos também possuíam uma forma de olhar para o mundo que os permitia viver em grandes grupos sem que houvesse brigas, roubos ou violência entre os membros da forma como as vivenciamos hoje, algo que a nossa sociedade, mesmo acreditando ser muito mais moderna e evoluída, ainda não conseguiu fazer.

A dura imposição da cultura e da religiosidade europeia não quer dizer que nossa sociedade não possua qualquer elemento cultural herdado dos nossos ancestrais indígenas. Há aspectos de higiene, como os banhos diários; alimentícios, como o consumo de mandioca e de outros gêneros; idiomáticos, como palavras e expressões; além de costumes e saberes populares que perduram. Esse conjunto de conhecimentos, no entanto, poderia ser muito mais amplo.

O encontro entre a postura tolerante dos indígenas e a intolerante dos europeus nos conduziu, portanto, para a realidade que conhecemos hoje, ou talvez fosse mais apropriado dizer que conduziu para a realidade que desconhecemos hoje, pois pouco absorvemos dos conhecimentos e das perspectivas que os indígenas poderiam acrescentar à constituição da nossa sociedade, que é fruto do encontro de povos. Nesse encontro, há ainda mais uma perspectiva religiosa que precisa ser considerada, o que nos leva para mais uma matriz constituinte da nossa identidade.

Diferentemente dos nativos, que já ocupavam as terras, e dos portugueses, que chegaram guiados por seus desejos comerciais, expansionistas e religiosos, nosso terceiro grande grupo formador não estava aqui por vontade própria. Estamos nos referindo, como você deve imaginar, aos grupos de origem africana, que foram trazidos contra a própria vontade para atuar como força de trabalho na colônia.

Assim como com os nativos brasileiros, cometemos o erro de acreditar que a história do continente africano se inicia no seu contato com os europeus. Mas a verdade é que, antes do encontro desses povos, a África já abrigava grandes e numerosas civilizações que tinham desenvolvido organizações sociais complexas e contavam com reinos poderosos, comércio desenvolvido e diversas expressões artísticas, intelectuais, filosóficas e religiosas.

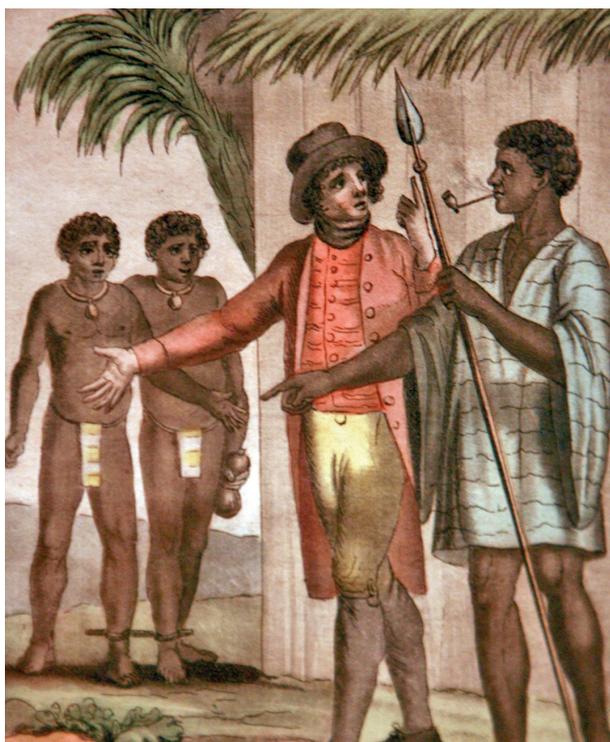


Pode parecer estranho para você que essas civilizações tão grandes tenham existido e que nós saibamos tão pouco delas, mas, se você prestar atenção, verá que na escola, quando estudamos História, costumamos passar mais tempo estudando assuntos ligados à Europa, como o feudalismo europeu ou as revoluções Francesa e Industrial. Além dessa parte da história, há outras que aconteceram ao mesmo tempo e influenciaram a formação do nosso país, das quais ouvimos falar muito pouco.

De início, ao chegar ao continente e descobrir as amplas rotas comerciais que se estendiam do litoral africano a regiões interiores muito distantes, os portugueses aproveitaram esse desenvolvimento para vender produtos europeus e para adquirir artigos africanos, como marfim, couro, especiarias, ouro e também os nativos. A compra de pessoas escravizadas era possível, pois os africanos possuíam uma sociedade dividida em nobres, agregados e escravizados, e estes já eram comercializados.

O comércio de africanos, entretanto, foi muito modificado pelos interesses externos do europeu. A demanda por pessoas para trabalhar em lavouras distantes era tão grande que alguns reinos africanos se especializaram em guerras, com o fim de conquistar outros povos, escravizá-los e vendê-los aos europeus, gerando um grande desequilíbrio para a organização das sociedades locais, já que muitos membros, incluindo líderes e diversos tipos de trabalhadores, eram repentinamente capturados e levados embora. O desequilíbrio era tão grande que muitos grupos deixavam de possuir as mínimas bases para o seu funcionamento.

Mesmo os reinos que lucravam com a venda de outras nações tinham uma prosperidade falsa, pois a destruição das cidades ao seu redor desencadeava problemas sociais que não eram compensados pelo que se recebia em troca dos escravizados. Imagine se todas as pessoas da cidade vizinha àquela em que você mora fossem levadas embora: isso certamente atingiria sua cidade também, já que abalaria as relações comerciais e trabalhistas entre as cidades, fazendo com que deixassem de produzir riquezas no momento e no futuro.



Iluminura *Venda de escravos em Goreia*, Senegal. Indígenas e nativos africanos foram escravizados e bastante utilizados como principal mão de obra nas plantações das Américas.

Reprodução



Como os que eram tornados escravos passavam por muitos maus-tratos, a maioria morria jovem tanto por conta do trabalho, da violência física sofrida e das péssimas condições de vida, quanto pelas viagens em direção aos novos continentes. Com a morte de muitos e com a expansão dos interesses dos países europeus nas colônias, o interesse por mais escravizados continuava crescendo, fazendo com que o fluxo permanecesse muito elevado.

Para se ter uma **ideia**, calcula-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de pessoas, homens, mulheres e crianças, foram levados para a América como escravos. Com todas essas pessoas sendo retiradas das suas sociedades e das suas funções, não é de se espantar que a escravidão seja um problema que deixou marcas até hoje no desenvolvimento de vários países africanos.



O escravo caçado, de Richard Ansdell, século XIX. A escravidão maciça dos povos africanos gerou problemas como queda demográfica, fuga para locais de difícil acesso e destruição da cultura e economia locais.

Além do trauma de ser tirado à força das terras onde tinham nascido e crescido e de ser obrigado a trabalhar e a se sujeitar a inúmeros castigos, a escravidão ainda possuía uma outra dimensão de crueldade, pois ela separava as pessoas de tudo que formava sua cultura, a exemplo dos seus familiares, dos seus hábitos e das suas expressões religiosas. Não bastasse ser considerado um ser inferior ao europeu, os africanos ainda eram privados de suas famílias e de suas formas de viver.

Tudo era proibido e mesmo assim nada do que se fazia aos africanos era considerado crueldade. Havia, assim como para os nativos brasileiros, uma justificativa religiosa para o tráfico de pessoas africanas. Por volta do século XVII, por exemplo, a escravidão e o tráfico chegavam a ser chamados de **grande milagre**, pois, ao serem retirados da África pagã e levados para o Brasil católico, os nativos africanos teriam chances de salvar suas almas.



Assim, a escravidão não representava apenas um domínio físico, mas principalmente uma tentativa de apagar da memória do africano e dos seus descendentes o seu passado e a os seus costumes. Afinal, nenhum proprietário de terras ficaria **tranquilo** ao saber que seus escravizados alimentavam o sonho de voltar para a África ou de construir uma vida de liberdade como a que possuíam lá.

Essa tentativa de reprimir os costumes africanos pode então ser vista por dois pontos de vista: por um lado, a religiosidade portuguesa desejava conter hábitos que considerava pecaminosos, não só na prática religiosa, mas também na forma de se vestir e de se comportar; por outro, devido aos interesses econômicos, esperavam evitar tentativas de fuga e desobediências se os escravos estivessem conformados com a situação em que se encontravam.

Para garantir o domínio físico, era utilizada a força e a livre disposição do corpo do escravizado, que podia ser vendido, trocado e castigado conforme a vontade do seu “dono”. Já para dominar a cultura, existia um processo de repressão de tudo que fizesse menção à antiga forma de viver na África, fazendo com que as práticas fossem consideradas pecaminosas. Nesse sentido, muitas expressões da tradição africana foram associadas ao diabo da tradição cristã, transmitindo a **ideia** errada de que essas religiões cultuam o que é do mal.

Muitas dessas percepções etnocêntricas e erradas das religiões relacionadas à África perduram até hoje e ajudam a manter o preconceito contra as práticas e contra os fiéis. Se hoje essas visões, que associam as crenças africanas ao culto do mal, ainda existem de maneira forte e representativa, elas eram ainda mais intensas no período colonial. Por esse conjunto de fatores, a condição do africano era, em muitos aspectos, pior que a dos indígenas, e a situação era ainda agravada pelo fato de que, diferentemente dos nativos, para eles era mais difícil fugir já que eles desconheciam as terras em que se encontravam.

Mesmo com todas as dificuldades, é um erro pensar que os africanos e seus descendentes se entregaram à escravidão de forma apática, ou seja, que se conformaram em ser escravos e em obedecer aos que haviam pago por eles. A resistência, assim como a opressão, podia ser física, através da desobediência e das fugas, dando origem a quilombos, e também podia ser cultural, pois os escravizados recusavam-se a abandonar sua cultura e sua religião, fazendo o possível para preservá-la, como disfarçar seus cultos religiosos e alguns hábitos, dando aos senhores de escravo a impressão de obediência aos costumes impostos.

No Brasil, no período colonial, coexistiam diversas tradições religiosas africanas, isso porque, como dissemos, o tráfico não trouxe apenas um povo, mas muitos e com eles diversas religiosidades. De maneira geral, entretanto, quase todos os africanos acreditavam na existência de um ente supremo que criou e ordena todo o Universo. Essa é a crença, por exemplo, dos muçulmanos, que na época já tinham espalhado sua influência e convertido muitos povos.



Diferentemente do islamismo e do catolicismo, para muitas outras religiões tradicionais do continente africano essa divindade suprema não interfere em sua vida, pois ela está fora do alcance limitado das pessoas. Por isso, quando aflitos os povos crentes não se voltavam diretamente para o ser superior, mas para outras entidades, como ancestrais e forças da natureza. De maneira geral, o culto aos antepassados de cada família era um elemento muito importante para várias religiões nativas africanas, marcando a importância das relações familiares nessas sociedades.

Para reprimir essas práticas e impor a religiosidade e a cultura europeia, era comum que senhores de escravizados enviassem padres periodicamente às fazendas para rezar missas, realizar casamentos e outros sacramentos, além de pregações que visavam catequizá-los. Diferentemente do tratamento dado aos indígenas, essa evangelização não era a prioridade, uma vez que os nativos africanos precisavam trabalhar para os seus “donos”.

A adesão de muitos escravizados ao catolicismo era, então, superficial, limitava-se a decorar alguma oração para convencer os padres e senhores de que haviam sido convertidos ou ao culto de alguns santos católicos escolhidos pelas suas características semelhantes à de outras divindades. Esta era uma forma inteligente de escapar à intolerância dos senhores e de manter um pouco de liberdade religiosa, mesmo vivendo como escravizados.



Lavagem do Bonfim em Salvador, na Bahia, é um exemplo do sincretismo religioso brasileiro, que se relaciona à aproximação estabelecida entre o catolicismo e as religiões de origem africana.



Assim, enquanto os donos achavam que os africanos estavam a seu modo cultuando São Sebastião, eles estavam, na verdade, relacionando-o a Oxóssi, o orixá das florestas, dos animais, da caça e da fartura. O mesmo tipo de relação ocorria entre Nossa Senhora da Conceição e Iemanjá, Santa Bárbara e Iansã, São João e Xangô, São Jorge e Ogum. Se, de início, essa correspondência era uma forma de burlar a dominação do senhor de escravo, dos padres e da lei, já que o catolicismo era a religião oficial e todas as outras eram proibidas, com o tempo aspectos das crenças se fundiram.

Lembre-se de que, para muitas religiões africanas, a divindade criadora estava além da humanidade, não podendo ser atingida pelas pessoas e não se ofendendo pelo culto de outras forças, sejam elas antepassados ou entidades. Se pensarmos um pouco nessa tradição religiosa, certamente concordaremos que a postura tolerante, que convive bem com expressões sagradas diferentes das suas, é muito mais facilmente alcançada por essa mentalidade do que pela tradição de religiões monoteístas, que pregam a existência de uma única forma de cultuar o sagrado, a exemplo do judaísmo, do catolicismo, do protestantismo e do islamismo.

Durante o período colonial, todas as diversas expressões religiosas **misturaram-se** não só aos olhos dos europeus, que não as conseguiam diferenciar e chamavam a todas de **calundu** (expressão angolana que significa *divindade* na língua umbundo), mas também a elementos de outras religiosidades. O culto dos orixás, principal referência que fazemos hoje quando pensamos em religiões de origem africana, por exemplo, era na verdade o culto do povo Yorubá ou Nagô, uma população originária do sudoeste da Nigéria e da atual República de Benin.

Esse povo, trazido em massa para o Nordeste do Brasil, disseminou sua religiosidade, tanto influenciando o catolicismo e o protestantismo local quanto consolidando suas próprias tradições. Em todo o País, o culto originário dos yorubás ganhou denominações distintas, como candomblé na Bahia, xangô em Pernambuco, tambor no Maranhão, macumba no Rio de Janeiro e batuque no Rio Grande do Sul.

Além dos yorubás, outros povos que chegaram ao Brasil em grande quantidade e influenciaram nossa formação religiosa foram os bantos. Para esses grupos originários da região centro-ocidental da África, o culto aos ancestrais era fundamental, assim como a devoção a entidades chamadas **inquices**. Nos fins do século XIX, essas tradições ligadas aos bantos se misturaram com o catolicismo, com o espiritismo e com tradições religiosas indígenas e formaram a religião umbanda, tradicionalmente brasileira.

Essa abertura para a diferença e capacidade de incorporar elementos de outras religiosidades são elementos caracterizadores das religiões afro-brasileiras e da forma como influenciaram nossa formação cultural. De início, a fusão se deu aproximando entidades cultuadas em regiões distintas da África: Oxóssi, por exemplo, era cultuado no reino de Ketu, Xangô em Oió, Oxum em Oxogbô. Ao se reunirem através dos escravos que conviviam no território brasileiro, os vários cultos se aproximaram e se reforçaram.



Mais tarde, as religiões afro-brasileiras também incorporaram elementos do catolicismo e das religiões indígenas, como citamos ao falar da formação da umbanda. Além dessa receptividade interna a outras formas de voltar-se para o sagrado, existiu influência externa. No Brasil, elementos da cultura africana misturaram-se com elementos católicos, pois, ao praticar a religião do europeu, o afro-brasileiro acrescentava música, dança, festas religiosas na sua relação com os santos, incorporando seu modo alegre e festivo de cultivar à religiosidade cristã.

Mesmo com toda essa mistura e com sua capacidade de influenciar, a existência das religiões afro-brasileiras nunca foi pacífica e **tranquila** para os seus praticantes. Para se ter uma **ideia** do tratamento que essas religiões recebiam, podemos pensar na primeira Constituição Brasileira de 1824. Essa constituição estabelecia o catolicismo como religião oficial do Brasil, contudo permitia que outras religiões fossem praticadas, desde que não fossem construídos templos. Tal permissão não se estendia para as religiões de matriz africana, com a justificativa de que elas não eram religiões de verdade, mas um conjunto de superstições.

Assim, enquanto protestantes e judeus podiam praticar suas religiões, mesmo com restrições, os fiéis de religiões afro-brasileiras tinham de esconder sua fé, pois, para a sociedade da época, praticá-la era o mesmo que cometer um crime. Por conta dessa perseguição, os praticantes precisavam procurar lugares afastados dos centros urbanos para realizar seus cultos ou funcionar de maneira muito discreta, a fim de evitar serem descobertos.

Essa diferença de tratamento fez com que, enquanto outros não católicos tivessem de brigar por liberdade religiosa, os representantes e praticantes de religiões de matriz africana precisassem conquistar primeiro o reconhecimento das suas práticas como religião. A luta desses grupos não alcançou resultado com rapidez: somente em 1976, os candomblés da Bahia conquistaram o direito de cultivar os orixás sem pedir a prévia autorização da polícia.

Se hoje as práticas não são mais consideradas criminosas, a aceitação social ainda está longe de ser alcançada. Como já mencionamos, persiste na sociedade uma visão preconceituosa que faz com que as religiões de matriz africana sejam o principal alvo da intolerância religiosa no Brasil. As ações de discriminação **relacionam-se**, por um lado, ao racismo e à rejeição dos elementos da cultura afro-brasileira e, por outro, à demonização da prática que, por desconhecimento ou intolerância, atribui sentidos diferentes dos originais aos rituais e às entidades.

Ao negar a importância das religiosidades afro-brasileiras, as ações intolerantes desconsideram a história e a importante contribuição social dessas práticas. Por meio das religiões de matriz africana, escravizados, ex-escravizados e seus descendentes puderam construir laços que ajudavam a superar a dor pelo afastamento de suas famílias; é justamente pela busca da reconstrução desses laços



familiares que os iniciados são chamados, em algumas denominações, de **mães, pais e irmãos de santo**.

Os terreiros de candomblé, de início, e mais tarde os de umbanda, além de serem território sagrado, eram locais de resistência e preservação cultural, guardiões de memórias e hábitos que deram origem a novas manifestações e ajudaram a compor as características do povo brasileiro. Eles influenciaram as nossas crenças, danças, canções, alimentação e o modo de nos comportarmos, permitindo a criação de uma identidade capaz de fazer com que nós não sejamos iguais à população de outros países.



Graças ao sincretismo religioso, o Brasil tem uma das culturas populares mais ricas do mundo.

A intolerância religiosa impede que a importância dessas religiões seja reconhecida e ainda atrapalha que novos aprendizados sejam feitos. Imagine quanto poderia ser aprendido sobre preservação ambiental e convivência harmoniosa com as religiões nativas do Brasil ou ainda quantos conhecimentos sobre ancestralidade e sobre a aceitação do diferente as religiões de matriz afro-brasileira poderiam transmitir. O olhar a partir de uma perspectiva fixa e central, ou seja, o olhar etnocêntrico, fecha-se para muitos conhecimentos ao reconhecer apenas uma verdade.

Sobre a existência de uma única verdade, a tradição oral afro-brasileira traz uma narrativa que pode nos ajudar a compreender a tolerância e a receptividade dessas religiões. Conta-se que, a princípio, havia uma única verdade no mundo. Essa verdade surgia no mundo invisível (Orun) e se materializava no mundo natural (Aiyê) em um de um grande espelho, que refletia com exatidão tudo o que estava no Orun. Como o reflexo era perfeito, ninguém tinha a menor dúvida sobre o que era verdadeiro.



Nesse tempo, uma jovem chamada Mahura vivia no Aiyê e lá trabalhava muito, ajudando sua mãe a pilar inhamé. Um dia, sem querer, Mahura perdeu o controle dos movimentos ritmados e repetitivos e acabou batendo forte no espelho, que se quebrou e se espalhou pelo mundo. Desesperada, Mahura foi procurar Olorum, também chamado de Olodumaré (o Deus criador), para se desculpar pelo seu descuido.

Ao encontrá-lo deitado à sombra de um iroko (árvore sagrada que guarda o terreiro, no Brasil associada à gameleira), Mahura contou a história e pediu desculpas. Depois de ouvi-la com calma e atenção, Olorum declarou que, depois da quebra do espelho da verdade, não existia mais uma verdade única. Ele ainda disse que, daquele dia em diante, quem encontrasse um pedaço do espelho em qualquer parte do mundo deveria saber que está encontrando apenas uma parte da verdade, pois o espelho já não reflete tudo, mas apenas a imagem do lugar onde se encontra.

Essa narrativa antiga, que compõe a tradição e a forma como as religiões afro-brasileiras incentivam o olhar para o mundo, traz um importante ensinamento sobre diferença e perspectiva. Ao indicar que a verdade não pertence a um único grupo e que um pedaço do espelho é apenas parte da verdade, a religião ensina que não é apenas a sua forma de acreditar na divindade que é correta, mas que existe um pedaço de verdade em cada crença e em cada convicção.

Essa ideia é hoje muito aceita por pesquisadores e universidades que, séculos depois, utilizaram ideias semelhantes para fundar o conceito de **relativismo cultural**. A atitude ensinada pelo relativismo cultural é vista hoje como essencial para qualquer profissional que se dedique à observação de uma cultura diferente da sua e pretende fazer o oposto do etnocentrismo. Enquanto uma pessoa etnocêntrica observa a cultura do outro a partir do seu ponto de vista, alguém que adota o relativismo cultural tenta observar outra cultura a partir dos elementos internos a ela, ou seja, tenta reduzir a influência da visão do mundo do observador.

A tolerância e o relativismo cultural ensinados pelos nativos brasileiros e pelos povos de matriz africana educam para uma postura de abertura em relação ao conhecimento e a outras tradições religiosas e culturais. Por não se apegarem a uma única perspectiva de verdade, os praticantes dessas religiões não tentam impor sua forma de pensar, mas em geral compreendem que outras religiões são formas distintas de tentar fazer o mesmo: alcançar um mundo melhor e compreender a si mesmo e ao sagrado.

Os ensinamentos tolerantes e relativistas, inclusive, não permitiriam que, mesmo depois de todas as características positivas atribuídas às religiões nativas do Brasil ou às de matriz africana, concluíssemos que elas são melhores do que o catolicismo. Uma conclusão desse tipo indicaria que não entendemos o que essas religiões podem nos ensinar, ou seja, que há um pouco de verdade em tudo. Dessa forma, assim como as religiões de origem judaico-cristã não são as donas de todo o conhecimento da verdade, também as religiões afro-brasileiras e indígenas não o são.



2 A construção da identidade nacional dos portugueses está densamente ligada a questões religiosas. Como essa identidade diferenciava os portugueses de outros povos europeus?

3 As religiões de matriz africana são, ainda hoje, os principais alvos da intolerância religiosa no Brasil. Sobre a religiosidade africana e afro-brasileira assinale a alternativa **correta**.

- a. Assim como as religiões indígenas, as religiões nativas da África eram pouco desenvolvidas, em comparação ao cristianismo europeu.
- b. As religiões de origem africana possuíam forte ligação com a terra e com os laços familiares, adaptando-se sem grande dificuldade à realidade agrária do período colonial.
- c. A não aceitação das religiosidades de matriz africana deve-se ao fato de que essas religiões incentivavam a prática do mal.
- d. As religiões de matriz africana e afro-brasileira, mesmo sendo duramente perseguidas, foram um importante elemento de resistência cultural e de fortalecimento dos africanos e dos seus descendentes diante dos maus-tratos recebidos.
- e. Para manter sua identidade intacta, os fiéis das religiões afro-brasileiras rejeitavam qualquer elemento externo, sendo, com **frequência**, intolerantes a respeito de outras expressões religiosas.



4 Ao chegar às terras que mais tarde seriam chamadas de Brasil, os portugueses fizeram uma série de julgamentos equivocados sobre a maneira como os nativos viviam, pois utilizavam a sua forma de reconhecer a realidade para julgar uma realidade diferente. Entre os elementos da vida dos nativos brasileiros que foram mal compreendidos, estão os aspectos religiosos. Sobre a religiosidade indígena e o seu contato com os portugueses, assinale o que for **correto**.

- a. A religião dos indígenas era primitiva, ou seja, pouco evoluída e elaborada. Por conta desse atraso, de início os portugueses acreditavam que ela não existia.
- b. Mesmo depois de compreender que os nativos possuíam religião, os portugueses continuaram com o projeto de catequização. Como a intenção do português era salvar as almas dos indígenas, as ações de repressão da religiosidade local não podem ser consideradas intolerantes.
- c. Enquanto a tradição religiosa dos portugueses alimentava a **ideia** de que existia apenas uma forma correta de cultuar o sagrado, a tradição indígena acreditava em uma religiosidade menos formal e que estava em todos os âmbitos da vida.
- d. Os grupos missionários dedicavam-se a ensinar elementos religiosos aos indígenas, mas não interferiam em outros hábitos do cotidiano dos nativos.
- e. Se eles se dedicassem aos ensinamentos e se adaptassem ao estilo de vida europeu, os nativos poderiam se integrar sem maiores dificuldades à sociedade **europeia**.

5 Uma importante lição ensinada pela abertura para outras perspectivas religiosas pelos grupos de origem africana e pelos grupos nativos brasileiros aproxima-se do conceito de relativismo cultural desenvolvido nos meios acadêmicos. Sobre relativismo e tolerância religiosa marque o que for **correto**.

- a. A disseminação do relativismo cultural no meio acadêmico pôs fim aos atos de intolerância religiosa no Brasil.
- b. O relativismo cultural incentiva a criação de uma cultura única e, com isso, a diminuição dos problemas gerados pelo conflito entre culturas diferentes.
- c. O conceito de relativismo cultural é útil para pensar em diversidade cultural, mas não para lidar com a diversidade religiosa.
- d. O relativismo cultural indica que as culturas não devem ser julgadas a partir de pontos de vista externos, mas a partir das suas histórias e das suas realidades. Dessa forma, o relativismo cultural não permite o contato entre pontos de vista diferentes e as misturas culturais.
- e. O relativismo cultural não classifica religiões ou culturas como melhores ou piores. Para essa forma de observação, não é possível estabelecer hierarquias, mas apenas observar as diferenças.



“Pouco se pode obter deles se a força do braço secular não acudir para domá-los. Para esse gênero de gente não há melhor pregação do que a espada e a vara de ferro”.

COTRIM, Gilberto. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 1997. p. 28.

O depoimento citado expressa **ideias** que serviram de base para o(a):

- a. projeto de manutenção da cultura dos povos nativos levado a cabo pela Companhia de Jesus, apesar do conflito com as autoridades coloniais.
- b. tratamento dado pelos portugueses aos povos nativos, proibindo sua escravização em todo o território da colônia e importando africanos para a lavoura açucareira.
- c. política da Coroa portuguesa, que reunia os nativos nas reduções ou aldeamentos, onde ficavam a salvo dos ataques dos colonos interessados em sua escravização.
- d. conquista dos povos nativos, impondo-lhes o idioma, a religião, o direito e o modelo econômico e político dominante entre os europeus.
- e. tratamento dado pelos portugueses aos povos nativos, garantindo a livre manutenção e o desenvolvimento da sua cultura, incluindo sua religião e seus hábitos diários.

8 (FGV) A escravidão é uma relação social que esteve presente em diversos momentos da história da humanidade. A escravização de prisioneiros de guerra, por exemplo, foi praticada desde a Antiguidade em diversas regiões do mundo, inclusive na África. No entanto, a situação criada com o escravismo e o tráfico negreiro a ele associado entre os séculos XV e XIX não pode ser tratada como o mesmo fenômeno. A esse respeito é correto afirmar que:

- a. o tráfico internacional de escravos marcou uma ruptura radical na história da África, pois, ao ser conduzido numa escala até então desconhecida, favoreceu a desagregação de estruturas políticas e a formação de outras a partir do tráfico.
- b. o tráfico atlântico não provocou mudanças na organização das sociedades africanas, apenas propiciou novas direções para aqueles indivíduos que, de uma maneira ou de outra, seriam escravizados na própria África.
- c. o escravismo foi uma prática econômica que teve breve duração e cujos efeitos restringiram-se exclusivamente ao continente africano, em razão das suas especificidades históricas.
- d. os europeus comercializavam os escravos que eram aprisionados no litoral, não modificando a dinâmica escravista das diferentes sociedades africanas estabelecidas no interior.
- e. o tráfico negreiro, como forma de exploração do trabalho, diferenciou-se da escravidão, pois não considerava o escravo como mercadoria, e sim como um elemento na propagação da religião cristã.



O fim e o recomeço

Ao longo dos caminhos trilhados neste livro, descobrimos que a intolerância religiosa que pode ser observada hoje não está desligada de um processo histórico. Para entendermos a intolerância que está manifesta em notícias de jornal ou escondida em piadas, brincadeiras e comentários, precisamos primeiro entender que o intolerante é, de maneira geral, aquele que não aceita ou não suporta algo que seja diferente. E que o intolerante religioso é, por sua vez, quem adota essa postura a respeito da religião de outra pessoa.

Esses conceitos básicos são muito mais recentes do que os próprios atos de intolerância, ou seja, antes que existisse uma definição sobre a ação de não aceitar a existência de gostos, opiniões e religiões diferentes, os atos em si já eram praticados. No caminho que percorremos, por exemplo, tratamos de ações de intolerância religiosa que foram realizadas durante o Império Romano, contra os cristãos, que na época eram fiéis de uma religião bastante jovem e que começava a consolidar seu espaço e sua tradição.

Esses atos de intolerância certamente não foram os primeiros da história, mas foram escolhidos como marco inicial da nossa trajetória por terem influenciado a história do cristianismo, que em seguida influenciou a história de todo o mundo ocidental. Essa autoridade conquistada pelo cristianismo começou a manifestar-se com mais força durante a Idade Média, período em que essa religião passou não só a exercer um importante papel social junto aos seus fiéis, como também a influenciar de maneira decisiva uma série de questões políticas e econômicas.

Nesse momento, a intolerância, que havia sido sofrida pelos cristãos, passa a ser executada por eles tanto contra grupos que professavam outras religiões, pagãos ou infiéis, quanto contra membros da própria religião que questionavam ou duvidavam de alguns princípios. Alguns aspectos da mentalidade que nasce nesse período perduram até a atualidade, a exemplo da percepção religiosa de que a imposição de uma fé é, na verdade, uma oportunidade de salvar as almas que estão em caminhos errados.

A **ideia** de que existe apenas uma forma correta e verdadeira de observar e de adorar ao sagrado gerou muitos conflitos durante a Idade Moderna, entre outros aspectos, pois a separação dos cristãos, após a Reforma Protestante, não contribuiu para reduzir essa forma de pensar, mas para reforçar uma disputa entre cristãos católicos e cristãos reformados sobre qual seria a verdadeira Igreja cristã. Essas disputas levaram a guerras religiosas e a muita violência, que mostraram que a existência de mais de uma religião forte não é garantia de um ambiente em que a multiplicidade de ideias é bem recebida.



Na verdade, em meio a essas disputas, católicos e protestantes buscaram expandir suas influências em novas terras que passavam a ser ocupadas por portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, entre outros. Foi nesse momento da história que a intolerância religiosa atingiu o Brasil, ou, melhor dizendo, as terras que seriam chamadas de Brasil. Ao chegar aqui, os portugueses não encontraram um continente desabitado, mas um espaço em que muitos grupos e muitas religiões foram colocados em contato.

Assim, as três primeiras matrizes que influenciaram as religiosidades que se desenvolveriam no Brasil foram a **européia**, marcada pelo catolicismo português; a indígena, representada pelas religiosidades dos povos nativos; e ainda a matriz africana, dos povos que foram escravizados e trazidos à colônia para trabalhar em lavouras. Mais tarde, outras influências religiosas chegaram às nossas terras e ajudaram a ampliar o número de religiões que são conhecidas hoje e também a influenciar internamente a maneira como cada uma é praticada.

O catolicismo brasileiro, por exemplo, por mais que descenda, como todo catolicismo, de raízes romanas e muito antigas ganhou algumas características que o diferencia um pouco do de outros países. Entre as diferenças, segundo pesquisadores, estão a relação íntima com os santos e a associação entre magia e elementos da natureza.

A relação diferenciada com os santos pode ser percebida na devoção a padroeiros e padroeiras, que justificam a existência de festas e feriados capazes de alterar a rotina de cidades inteiras, incluindo a de seus habitantes não católicos. Essa devoção específica foge ao calendário de festas oficial da Igreja Católica e, para alguns, fundamenta-se na forma mais íntima como fiéis de religiões de origem africana lidam com suas entidades e com seus antepassados. A associação entre magia e natureza vista nas benzeções e em aspectos da medicina popular misturam elementos das religiosidades indígenas e da sua ampla relação com a natureza na vida religiosa dos católicos.

Mesmo diante das misturas, a intolerância religiosa não é uma realidade distante de nós, é algo semelhante à prática do racismo, ainda presente na nossa sociedade. Mesmo que a constituição do povo brasileiro se dê pela miscigenação, ainda assim existe uma realidade desigual imposta a pessoas afrodescendentes; da mesma forma, por mais que religiões tradicionais como o catolicismo possuam características influenciadas por outras práticas religiosas, estas que a influenciam são alvo de muitas ações intolerantes.

Além dessas religiões, outras ainda sofrem com a intolerância, o que diferencia é que as religiões de matriz africana e indígena sofrem um preconceito generalizado. O citado racismo é um dos motivos que fazem com que persista a intolerância contra as religiões de matriz africana, mesmo que hoje elas não sejam praticadas apenas



por afrodescendentes. Outro fator que contribui para a manutenção do preconceito, como dissemos, são as associações errôneas entre a figura do demônio cristão e as entidades de origem africana, ou a falsa **ideia** de que estas estão diretamente associadas à prática do mal.

Já as religiões de origem indígena recebem outro tipo de intolerância. Também cercadas de más compreensões, essas práticas são menosprezadas e tratadas como se fossem credices fantasiosas. Tais ideias são na verdade a continuação de uma postura etnocêntrica dos europeus, que concebiam os indígenas e sua religiosidade como situados em uma posição menos evoluída.

Ao observarmos esses elementos do período colonial e percebermos que as mesmas religiões e os mesmos povos que sofreram opressões naquela época têm as suas expressões religiosas tratadas com intolerância, podemos concluir que esses fatos não são coincidências, mas as marcas atuais de um processo que é histórico. Pelo desprezo a essas expressões religiosas, continuamos alimentando uma separação entre o que é europeu e o que é de outras partes do mundo, estabelecendo, em geral, uma posição de superioridade para o Velho Mundo e para tudo que vem dele.

Esses caminhos de injustiça histórica são refeitos sempre que atos intolerantes são praticados, e não importa se a intolerância em questão é praticada por meio de violência física, ou se de maneira simbólica, ou seja, pelas expressões, palavras, piadas ou brincadeiras que, de alguma forma, causem ofensas e menosprezem uma religião. A manutenção mostra que a intolerância religiosa não é um hábito de povos antigos e atrasados, mas que, como tudo na história, essas ações também se modificaram e garantiram sua existência por meio do tempo.

Se hoje, para nós, o ato de queimar alguém em uma fogueira parece bárbaro e muito atrasado, talvez cem anos depois da nossa época o ato de zombar de alguém por trajar as vestes da sua religião, a destruição de templos e a exclusão de pessoas pareça igualmente cruel e sem sentido. Por outro lado, além da postura intolerante que se perpetuou pelo tempo, a descoberta de povos e de tradições que conseguem conviver de maneira harmoniosa com diferentes concepções do sagrado são uma importante fonte de estudo, pois, por meio da experiência de outros povos, podemos aprender a conduzir a vida de maneira menos intolerante.

Na verdade, há um ensinamento que é ainda mais proveitoso do que o da tolerância, o do relativismo cultural. Se o primeiro ensina a respeitar e suportar o que é diferente, possibilitando um convívio pacífico ainda que distanciados, o segundo ensina a desenvolver um olhar para o outro que é capaz de compreendê-lo pelos seus próprios méritos, e não apenas suportar a sua existência, mas aprender com ela.

Não seria necessário, pelo olhar do relativismo cultural, converter-se a outra religião para absorver hábitos construtivos de outros grupos. Assim, povos que, ao longo do tempo, protagonizaram inúmeras ações intolerantes não precisariam



mudar a base das suas religiões nem se converter a uma religião de matriz africana ou nativa do Brasil para se perguntar como eles conseguem conviver de maneira tão pacífica com o diferente.

A lição ensinada pelo relativismo cultural para as ações de intolerância religiosa não diz respeito às concepções das divindades, aos rituais religiosos ou às tradições sagradas de cada grupo, mas se direciona às pessoas que professam uma fé e procura ensinar uma lição de humildade. O relativismo cultural compreende que nenhuma pessoa ou tradição religiosa é dona de uma verdade absoluta e de um conhecimento completo sobre o que é sagrado, e sim que todas as expressões de religiosidade são representantes da história de devoção de cada povo e que, por isso, todas elas carregam uma parcela de verdade.

A existência de dúvidas e a ausência de respostas conclusivas para perguntas que são feitas há muito tempo sobre Deus, sobre o Universo e sobre a humanidade são provas de que nem a religião nem a Ciência e a Filosofia (expressões motivadas pela dúvida) conseguiram alcançar a verdade única e absoluta. E, nessa longa busca por respostas, nos parece um caminho muito mais produtivo olhar para o que outros povos criaram e, de alguma forma, aproveitar esse conhecimento do que tratar o outro como inimigo e perpetuar, por ainda muito tempo, a ignorância que resulta das ações intolerantes.

Os caminhos da intolerância são menos produtivos e menos abertos para acrescentar novos conhecimentos, como se as pessoas intolerantes estivessem em bibliotecas gigantescas, mas apenas aceitassem o conteúdo de uns poucos livros. O que o relativismo ensina para combater a intolerância é justamente o esforço de ler outras obras e selecionar pequenos ou grandes trechos que possam ser úteis para a vida de quem lê, mesmo sem alterar os livros preferidos e o seu lugar de referência.

Os novos caminhos passam pela atitude de interessar-se mais pelas semelhanças do que pelas diferenças e, mesmo diante de características distintas, não enxergar as pessoas que se opõem como inimigas, mas, antes disso, como uma oportunidade de diálogo e de aprendizado.



Referências

- ANDRADE, James. Bruxaria medieval: do paganismo à heresia. *Leituras da História*, São Paulo, edição 27, ano 2010.
- _____. As espadas da fé. *Leituras da História*, São Paulo, edição 31, ano 2010.
- BERNET, Anne. Dossiê Templários de heróis a hereges. *História viva*, São Paulo, nº 59, ano V, p. 31-55.
- D'AMORIM, Eduardo. *África: essa mãe quase desconhecida*. São Paulo: FTD, 1997.
- FRAGA, Walter. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009.
- FRANCO Jr., Hilário. *A Idade Média: o nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GAUVARD, Claude. Idade Média: uma nova ordem mundial. *História viva*, São Paulo, nº 34, ano III, p. 31-55.
- MARTIGNONI, Andrea. Os protestantes. *História viva*, São Paulo, edição especial temática nº 20.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- MÜLLER, Marcio. *A religião sem razão*. Filosofia, São Paulo, ano IV, nº 40 p. 18-25.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A África explicada aos meus filhos*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- SILVA, Clemildo Anacleto da; RIBEIRO, Mario Bueno. *Intolerância religiosa e direitos humanos: mapeamentos da intolerância*. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, 2007.
- TELLIEZ, Romain. A espada da justiça. *História viva*, São Paulo, edição especial temática nº 32.
- VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. *História geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2010.
- _____. *História para o Ensino Médio: história geral e do Brasil*. São Paulo: Scipione, 2005.
- VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo: Escala Educacional, 2006. Tradução: Antônio Geraldo da Silva.

